

BALANÇO XI LEGISLATURA

GRUPO PARLAMENTAR DO PCP





PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Tel.: 800200358 / 213919202
Fax: 213917432
gp_pcp@pcp.parlamento.pt

www.pcp.pt
www.pcp.pt/assembleia-republica

Conteúdo

1. Balanço da actividade do Grupo Parlamentar do PCP na XI Legislatura.....	4
2. Audições Públicas promovidas pelo Grupo Parlamentar	9
2.1 I Sessão Legislativa	9
2.2 II Sessão Legislativa.....	13
3. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos	16
3.1 I Sessão Legislativa	16
3.2 II Sessão Legislativa.....	16
4. Interpeleções ao Governo	19
4.1 I Sessão Legislativa	19
4.2 II Sessão Legislativa.....	19
5. Moção de Censura apresentada pelo PCP.....	20
6. Jornadas Parlamentares	20
6.1 I Sessão Legislativa	20
6.2 II Sessão Legislativa.....	20
7. Comissões Eventuais.....	22
7.1 I Sessão Legislativa	22
7.2 II Sessão Legislativa.....	22
8. Projectos de Lei.....	23
8.1 I Sessão Legislativa.....	23
8.1. a) Projectos de Lei apresentados	23
8.1. b) Projectos de Lei aprovados	26
8.2 II Sessão Legislativa.....	27
8.2. a) Projectos de Lei apresentados	27
8.2. b) Projectos de Lei aprovados	29
9. Projectos de Resolução.....	30
9.1. I Sessão Legislativa.....	30
9.1. a) Projectos de Resolução apresentados	30
9.1. b) Projectos de Resolução aprovados	32
9.2. II Sessão Legislativa	33
9.2. a) Projectos de Resolução apresentados	33
9.2. b) Projectos de Resolução aprovados	35
10. Apreciações Parlamentares	37
10.1. Apreciações Parlamentares apresentadas na I Sessão Legislativa.....	37
10.2. Apreciações Parlamentares apresentadas na II Sessão Legislativa.....	38
11. Votos.....	40
12. Declarações Políticas	42

1. Balanço da actividade do Grupo Parlamentar do PCP na XI Legislatura

I

A XI Legislatura, iniciada em Outubro de 2009 e concluída em Abril de 2011 com a demissão do Governo PS e a dissolução da Assembleia da República, fica incontornavelmente marcada pela imposição de medidas profundamente lesivas da grande maioria dos portugueses, constantes dos Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC) e dos Orçamentos do Estado aprovados pelo PS e pelo PSD ou pelo CDS. Apesar da conflitualidade verbal entre estes dois partidos, destinada a aparentar grandes divergências quanto à orientação essencial da política governativa, a realidade é que as medidas gravosas constantes dos PEC, como os cortes de salários, os cortes cegos nas prestações sociais como o abono de família ou o subsídio de desemprego, o corte nas participações dos medicamentos, o agravamento do IVA, a recusa do aumento do salário mínimo, a redução do apoio social escolar, o encerramento de escolas e unidades de saúde, as privatizações, o benefício fiscal dos mais ricos e dos especuladores, contaram sempre com a convergência do PS e do PSD, e frequentemente do CDS.

O Governo do PS nunca quis entender o significado de ter perdido em 2009 a maioria absoluta que detinha desde 2005, e em vez de adoptar uma política aberta ao diálogo e de procura de convergências para políticas que viessem de encontro aos reais interesses e necessidades do povo português, insistiu na prossecução de políticas de direita e de convergências com a direita, mantendo todos os tiques de autoritarismo que haviam marcado a Legislatura anterior, encenados com artificiais dramatizações da vida política e com manobras destinadas a ludibriar os portugueses e a contrariar decisões tomadas democraticamente pela maioria da Assembleia da República.

A demissão do Governo de José Sócrates é consequência do aprofundamento da crise económica e social a que o total fracasso das suas políticas conduziu o país. O recurso à União Europeia e ao FMI é a confissão pública desse fracasso. A convergência entre o PS, o PSD e o CDS, imposta pelo grande capital e convenientemente apadrinhada pela Presidência da República, no apoio ao pedido de uma intervenção externa, revela bem de que lado está cada força política.

O PCP na Assembleia da República sempre lutou contra as políticas que conduziram o país à situação de desastre em que se encontra e sempre demonstrou, com as suas propostas, que há alternativa a estas políticas.

II

O Grupo Parlamentar do PCP não trabalha para a estatística. Responde pela qualidade do seu trabalho e não abdica da seriedade e rigor das suas propostas e iniciativas. Na XI Legislatura, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou 162 projectos de lei (22 dos quais aprovados), 111 projectos de resolução (42 aprovados) e 41 apreciações parlamentares de decretos-lei do Governo. Para além disso, realizou 4 Jornadas Parlamentares (Viseu, Setúbal, Santarém, e Madeira), promoveu 13 audições públicas, agendou 8 debates em plenário sobre assuntos da maior importância para o nosso país e apresentou 2385 perguntas ao Governo sobre assuntos concretos.

Em termos sectoriais, importa relevar, entre outros, os seguintes aspectos:

Em matéria de direitos dos trabalhadores, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou projectos de lei a) de Programa Nacional de combate à precariedade laboral e ao trabalho ilegal; b) de combate à utilização abusiva dos estágios profissionais; c) de criminalização do recurso aos falsos recibos verdes; d) de conversão dos falsos recibos verdes em contratos de trabalho efectivo; e) de regime sócio-profissional aplicável aos trabalhadores das artes do espectáculo; f) de combate à precariedade na Administração Pública; g) de revogação da mobilidade especial; h) de suspensão do SIADAP; i) de alteração do regime de lay-off reforçando os direitos dos trabalhadores; j) de eliminação dos mecanismos de aumento do horário de trabalho; l) de revogação das regras de caducidade das convenções colectivas de trabalho; m) de reposição do princípio do tratamento mais favorável do trabalhador; n) de reforço da protecção dos trabalhadores contratados a termo.

Foram apresentados projectos de resolução sobre a) o aumento do salário mínimo nacional; b) um programa nacional de prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais; c) e de reforço dos meios e competências da Autoridade para as Condições do Trabalho. O PCP realizou uma audição pública e dedicou o seu agendamento potestativo à discussão do projecto de lei sobre horários de trabalho, promoveu um debate de actualidade sobre o aumento do salário mínimo nacional e agendou uma Interpelação ao Governo sobre legislação laboral.

Na área da segurança social, o PCP apresentou os seguintes projectos de lei: a) estabelece o regime jurídico dos trabalhadores das pedreiras; b) altera o regime de acesso às pensões de invalidez e velhice dos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio; c) fixação de critérios justos na atribuição de apoios sociais; d) atribuição mais justa do complemento solidário para idosos; e) reforço do abono de família a agregados familiares com situações de desemprego; f) fixação de um regime de segurança social dos trabalhadores das artes do espectáculo; g) reforço da protecção social na maternidade, paternidade e adopção; h) garantia do direito à aposentação sem penalizações aos 40 anos de descontos; i) reforço da protecção social no desemprego; j) definição de novas regras de actualização das pensões e outras prestações do sistema de segurança social; l) revogação da legislação que impõe a chamada “condição de recursos”. O PCP apresentou ainda um projecto de resolução para a actualização das pensões em 2010 e promoveu uma audição pública sobre políticas sociais.

Na área da fiscalidade, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou projectos de lei a) de aplicação de uma taxa efectiva de 25% de IRC ao sector bancário e financeiro e aos grupos económicos; b) de apresentação de um relatório anual de combate à fraude e à evasão fiscal; c) de criação de um imposto sobre operações realizadas no mercado de valores mobiliários e sobre certas transferências financeiras para o exterior; d) de alteração ao Código Contributivo reforçando a protecção dos pequenos e médios agricultores e dos pescadores, e tornando mais justo o regime de contribuição dos trabalhadores independentes; e) de extinção do regime fiscal das actividades financeiras localizadas na zona franca da Madeira; f) de aumento da tributação do património de luxo; g) de tributação das mais-valias mobiliárias; h) de tributação dos dividendos distribuídos por SGPS; i) de revogação de benefícios fiscais a PPR; j) de tributação extraordinária do património; k) de derrogação do sigilo bancário; l) de eliminação do Pagamento Especial por Conta para pequenas e médias empresas; e m) de diminuição dos prazos para o reembolso do IVA.

Na área da economia, o PCP apresentou projectos de lei a) de estabelecimento de preços máximos na energia; b) de protecção dos utentes de serviços públicos essenciais; c) de criação de postos de

serviço público de abastecimento de gás natural; d) de regulação dos horários das grandes superfícies comerciais; e) de proibição da imposição de taxas nas operações com cartões de débito; e projectos de resolução sobre a) os preços da energia e b) o protocolo do esgotamento. O PCP promoveu um debate de urgência sobre o aumento dos preços dos bens essenciais, um debate temático sobre a produção nacional e uma Interpeleção ao Governo sobre o Sector Público e contra as privatizações, para além de audições públicas sobre a) agricultura e mundo rural; b) privatização da ANA Aeroportos; c) transporte aéreo em Portugal; d) privatizações; e) sector automóvel; f) sector empresarial do Estado nos transportes e comunicações.

Na área da educação, ciência e cultura, o PCP apresentou projectos de lei a) de revogação do modelo de avaliação do desempenho docente; b) sobre o concurso de ingresso e mobilidade dos professores; c) de garantia da vinculação dos professores contratados e promoção da estabilidade do corpo docente das escolas; d) de regime jurídico da psicologia em contexto escolar e de contratação e colocação de psicólogos e profissionais das ciências da educação nos estabelecimentos públicos de ensino; e) de financiamento do Ensino Superior Público; f) de fixação do número máximo de alunos por turma; g) de alteração ao estatuto do aluno; h) de aumento da acção social escolar nos ensinos básico e secundário; i) de regime jurídico da educação especial; j) de gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico e secundário; k) de criação dos gabinetes pedagógicos de integração escolar; l) de apoio à frequência de estágios curriculares; m) de gratuidade dos manuais escolares; n) de estatuto do pessoal de investigação científica em formação; o) de actualização extraordinária das bolsas de investigação; e p) sobre as condições da revisão do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

Foram ainda apresentados projectos de resolução sobre a) a suspensão do encerramento de escolas; b) a extinção da empresa Parque Escolar SA; c) a implementação da educação sexual nas escolas; d) a manutenção do regime do par pedagógico em EVT; e) sobre os contratos de associação entre o Estado e instituições do ensino particular e cooperativo; e de f) suspensão do regime de avaliação de professores; O PCP promoveu audições públicas sobre a) o Estatuto da Carreira Docente e o regime de avaliação de professores; b) sobre os cortes orçamentais na área da Cultura; e c) sobre o processo de Bolonha.

Na área da Saúde, o PCP apresentou projectos de lei a) de alteração da lei de combate à toxicodependência; b) de revogação das taxas moderadoras; c) de prescrição de medicamentos por princípio activo; e d) de condicionamento das transferências de farmácias para garantir o acesso das populações aos serviços farmacêuticos. Foram apresentados projectos de resolução a) de reforço dos meios do IDT e das Comissões de Dissuasão da Toxicodependência; b) de reforço dos meios humanos no SNS; c) de suspensão do encerramento de serviços de urgência e SAP; e d) contra a revogação dos cortes no transporte de doentes;

Na área da Justiça, o PCP apresentou projectos de lei a) de criminalização do enriquecimento ilícito; b) de alteração ao regime dos crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos; c) de alteração da lei do cibercrime; d) de alteração ao Código de Execução de Penas; e) de fixação de um regime coerente de férias judiciais; f) de protecção de testemunhas em processo penal; g) de alteração do processo penal para o julgamento mais célere dos crimes de menor gravidade; h) de reforço da protecção das vítimas de violência; e i) de alteração do Código de Processo Penal visando a defesa da investigação e a eficácia do combate ao crime.

Na área da segurança interna, o PCP apresentou projectos de lei a) de extinção do cargo de secretário-geral do Sistema de Segurança Interna; b) de programação de instalações e equipamentos das forças de segurança; c) de regulamentação do direito de associação na GNR; d) sobre entrega voluntária de armas de fogo; e e) de regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses.

Na área da Defesa Nacional, o PCP apresentou projectos de lei sobre a) o exercício do direito de queixa dos militares ao Provedor de Justiça; b) o acompanhamento de contingentes militares no estrangeiro por parte da Assembleia da República; e c) a exclusão da prisão disciplinar dos militares em tempo de paz. Foi ainda apresentado um projecto de resolução de rejeição do novo conceito estratégico da NATO.

Em matéria de direitos, liberdades e garantias, o PCP apresentou projectos de lei a) de limitação dos vencimentos dos gestores públicos; b) de revogação do sistema de dispositivos electrónicos de matrícula; c) de lei orgânica do regime do referendo regional; d) de alteração ao regime jurídico do recenseamento eleitoral; e) de estatuto do jornalista; f) de financiamento dos partidos; g) de protecção das uniões de facto; h) de controlo de rendimentos e património dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos; i) de regularização da situação dos estrangeiros indocumentados; j) de redução das assinaturas necessárias para apresentar uma iniciativa legislativa de cidadãos; e l) de regime de incompatibilidade e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos. Foram apresentados projectos de resolução a) para ratificação da Convenção da ONU sobre os direitos dos trabalhadores migrantes e suas famílias; e de b) reforço de medidas de combate ao tráfico de seres humanos e à exploração na prostituição. Teve ainda lugar uma audição pública sobre maternidade, paternidade e adopção.

No apoio ao associativismo, o PCP apresentou projectos de lei a) de criação do Conselho Nacional do Associativismo Popular; b) de criação de um regime de excepção no licenciamento de bares, cantinas e refeitórios das associações; c) de concessão de benefícios fiscais às associações; d) de regime de apoio ao associativismo popular; e) de regime de concessão do estatuto de utilidade pública; e f) de criação de um fundo de apoio ao movimento associativo português no estrangeiro.

Na área do ambiente, o PCP apresentou projectos de lei a) de Bases da política de ambiente; b) de elaboração da cartografia de apoio ao plano sectorial da Rede Natura 2000; c) de revogação da taxa de recursos hídricos; d) de revogação das taxas pelo acesso às áreas protegidas e serviços públicos prestados pelo ICNB; e e) sobre licenciamento das redes de electricidade de muito alta tensão. Foi promovida uma audição pública sobre riscos naturais, ordenamento do território e protecção civil.

Na área do poder local, o PCP apresentou projectos de lei a) de criação de bolsas de habitação a nível concelhio; b) de regime jurídico das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto; c) de regime jurídico das associações de municípios; d) de medidas de apoio à instalação de novas freguesias; e) de eliminação das discriminações no acesso à habitação social; f) de regime da renda apoiada; e g) de regime jurídico da tutela administrativa. Foi promovida uma audição pública sobre a lei dos solos.

Na área das tecnologias da informação, o PCP apresentou projectos de lei a) de criação do Conselho Nacional para as Tecnologias da Informação e Comunicação; b) de adopção de normas abertas nos sistemas informáticos do Estado; c) de regulamentação da qualidade do serviço de acesso à internet; e d) de estabelecimento do princípio da neutralidade da rede de comunicações electrónicas.

Sobre outras matérias, cumpre destacar os projectos de lei a) de criação de um fundo de apoio social aos portugueses no estrangeiro; b) de regime jurídico dos conselhos municipais de juventude; e c) de revogação das portagens nas SCUT.

III

De entre as iniciativas que apresentou, o PCP viu aprovados 22 projectos de lei e 42 projectos de resolução. Pela sua importância, importa destacar algumas dessas iniciativas.

No âmbito do pacote da corrupção foram aprovados projectos de lei do PCP sobre a) derrogação do sigilo bancário; b) sobre crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos; c) sobre controlo público dos rendimentos e património dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos; e d) sobre protecção de testemunhas em processo penal.

Importa salientar ainda, entre outras, a aprovação de leis a) sobre o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da ENU; b) sobre a diminuição dos prazos para o reembolso do IVA; c) sobre o regime de férias judiciais; d) sobre o regime de protecção das uniões de facto; e) sobre o Código de Execução de Penas; f) sobre motociclos históricos; g) de revogação do modelo de avaliação de professores; h) de protecção dos utentes de serviços públicos essenciais; e i) de condicionamento das transferências de farmácias para garantir o acesso das populações a serviços farmacêuticos. Foram ainda aprovadas, por iniciativa do PCP, resoluções nomeadamente a) sobre redução da vulnerabilidade sísmica; b) sobre a suspensão do encerramento de escolas; c) sobre o protocolo do esgotamento; d) de revogação dos cortes no transporte de doentes; e) sobre o aumento do salário mínimo nacional; e f) de rejeição do PEC.

IV

Nos últimos tempos da XI Legislatura, por força dos PEC e dos Orçamentos do Estado que os levaram à prática, as condições de vida dos trabalhadores, dos reformados, dos jovens e de todas as camadas sociais mais desfavorecidas, agravaram-se profundamente. Em consequência dos PEC, muitas famílias, a braços com perda de empregos, com reduções salariais, com o aumento do custo de vida, com situações de endividamento, estão a passar por momentos muito difíceis, por vezes dramáticos. Esta situação resulta das políticas postas em prática desde há 35 anos pelo PS, pelo PSD e pelo CDS, juntos ou em alternância. São estes partidos que agora se apresentam unidos em defesa da continuação dessas políticas, invocando a inevitabilidade das imposições da União Europeia e do FMI. A continuação destes partidos no poder só vai agravar ainda mais a situação do país e as condições de vida dos portugueses.

O povo português vai ter em 5 de Junho uma palavra decisiva: ou aceita esta política de capitulação e de desastre nacional ou dá mais força aos que lutam pela soberania e dignidade de Portugal e pela legítima defesa dos direitos e interesses do povo português.

O Grupo Parlamentar do PCP, com a consciência do trabalho desenvolvido, apresenta-se perante os portugueses com a convicção de ser merecedor da sua confiança. Num momento em que pesam as maiores ameaças sobre o povo português pela mão dos partidos do FMI (PS, PSD e CDS), os portugueses precisam de ter na Assembleia da República quem os defenda e quem seja portador de um projecto alternativo de esperança para Portugal. O reforço do PCP na Assembleia da República é indispensável para dar mais força aos que não se conformam com o rumo de desastre nacional que tem sido seguido e que não desistem de lutar por um país soberano, mais justo e desenvolvido.

Muitas das iniciativas legislativas, parlamentares e de debate do PCP, marcaram de forma indelével o debate político nesta legislatura.

Foi o PCP que propôs repetidamente uma mais justa tributação da banca e dos grupos económicos mais lucrativos.

Foi o PCP que propôs a resolução aprovada pelo Parlamento para confirmar o salário mínimo de 500 euros em Janeiro de 2010, depois não cumprida pelo Governo.

Foi o PCP que, durante os últimos dois anos, exigiu em várias iniciativas, a revogação das normas que impedem o acesso de centenas de milhares de portugueses às prestações sociais.

Foi o PCP que avançou com uma solução inovadora e eficaz para combater o fenómeno dos falsos recibos verdes, pondo a prova da situação do lado da empresa e não do lado do trabalhador.

Foi o PCP que propôs o estabelecimento de preços máximos para os combustíveis e a energia em geral.

Foi o PCP que propôs e defendeu a criação do crime de enriquecimento ilícito, entre outras medidas de combate à corrupção e à criminalidade económico-financeira.

O PCP apresentou sempre alternativas à política do Governo, do PS, do PSD e do CDS, em particular nos Orçamentos de Estado ou a propósito dos PEC, designadamente do PEC IV.

O PCP assume assim desde já que, após as eleições de 5 de Junho, seja qual for o resultado eleitoral e seja qual for a solução governativa que daí resulte, estas questões serão retomadas como prioridades e serão objecto de novas iniciativas a tomar pelo Grupo Parlamentar.

2. Audições Públicas promovidas pelo Grupo Parlamentar

2.1 I Sessão Legislativa

- **[Audição Pública sobre os princípios para a alteração do Estatuto da Carreira Docente e do regime de avaliação de professores \(17 de Novembro de 2009\)](#)**

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou, no primeiro dia de trabalhos da presente legislatura, o [Projecto de Lei n.º 2/XI](#), determinando a revisão do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário, estabelecendo as condições para a realização dessa revisão. O projecto prevê a suspensão do regime de avaliação em curso e a abertura de um processo de diálogo tendente à sua substituição por um outro sistema de avaliação que seja razoável e que não represente um factor de desestabilização do funcionamento das escolas, no quadro de uma revisão do Estatuto da Carreira Docente que implique também uma revisão dos critérios de elaboração de horários e dos conteúdos das componentes lectiva e não lectiva.

Em traços gerais, o PCP considera que a avaliação de professores deve pressupor a eliminação da divisão da carreira e das quotas, ser formativa e orientada para melhorar a qualidade do desempenho, ser realizada entre pares e com o envolvimento dos conselhos pedagógicos.

- **Audição Pública sobre Horários de Trabalho (20 de Janeiro de 2010)**

O PCP realizou uma Audição sobre Horários de Trabalho onde participaram diversas estruturas sindicais. Para além de dar centralidade e visibilidade pública a esta questão, a Audição permitiu também apresentar o [Projecto de Lei do PCP n.º8/XI](#) que elimina os mecanismos de aumento do horário de trabalho.

Trata-se de uma matéria que os sucessivos governos têm alterado para pior a legislação laboral, pondo em causa conquistas que gerações de trabalhadores alcançaram e que estão consagradas na Constituição Portuguesa, donde se destaca a gravidade da ofensiva do patronato no sentido de desregular o horário de trabalho e impor como jornada de trabalho "normal" as 10, 12 ou mesmo 14 horas por dia sem o pagamento de qualquer compensação a título de trabalho suplementar.

Outra das questões levantadas, foi a falta de cumprimento da lei por parte das empresas, a par da ineficácia por parte da Autoridade para as Condições de Trabalho, em verificar e fazer cumprir a lei, nas diversas situações suscitadas pelos trabalhadores e suas estruturas sindicais.

Foram igualmente destacadas as alterações gravosas feitas com o código de trabalho, que ao introduzir o banco de horas e horário concentrado, criou condições para pôr em causa uma das mais importantes conquistas dos trabalhadores portugueses. Ao mesmo tempo, esta alteração põe em causa não só a saúde dos trabalhadores, como também a sua vida pessoal e familiar.

- **Audição Pública sobre Agricultura e o Mundo Rural e a proposta de Orçamento de Estado para 2010 - Propostas do PCP para outras políticas agro-rurais. (12 de Fevereiro de 2010)**

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português realizou no dia 12 de Fevereiro uma audição a estruturas representativas da agricultura e do mundo rural português com o objectivo de auscultar as suas opiniões sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2010, no que diz respeito à Agricultura e ao Mundo Rural. Através desta iniciativa ficámos a conhecer as diferentes propostas de políticas agro-rurais.

Conhecidos os problemas que a agricultura atravessa, esta audição surge num momento de apreensão, que em que são conhecidos os gravíssimos problemas da Agricultura nacional, a que os agricultores e as suas associações representativas têm dado legítima voz, e no momento em que se começa a debater as alterações à PAC/2013.

- **Audição Pública sobre “Riscos Naturais, Políticas de Ordenamento do Território e Protecção Civil, Mitigação de Efeitos, Adaptação e Prevenção” (29 de Março de 2010)**

O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português realizou uma Audição Pública sobre “Riscos Naturais, Políticas de Ordenamento do Território e Protecção Civil, Mitigação de Efeitos, Adaptação e Prevenção”.

A necessidade de adaptar as políticas de governo e de gestão territorial às exigências naturais e de transpor para a legislação a estratégia governamental a experiência e conhecimento adquiridos pela comunidade académica, profissional e operacional, bem como aprofundar a capacidade de resposta do Estado perante a eventualidade de catástrofes de natureza vária, motivou a realização desta iniciativa.

- **Audição Pública sobre a privatização da ANA Aeroportos e o futuro do Transporte Aéreo em Portugal. (13 de Abril de 2010)**

O Grupo Parlamentar do PCP realizou uma Audição sobre a privatização da ANA Aeroportos e o futuro do Transporte Aéreo em Portugal.

Esta iniciativa, surge em face da importância estratégica do sector para a economia e soberanias nacionais, tem por objectivo aprofundar uma reflexão sobre a situação actual e as perspectivas futuras do sector, com as opiniões e a reflexão de quem directamente acompanha esta área e nela intervém.

Num momento em que se discute o futuro da ANA Aeroportos e da rede aeroportuária nacional, bem como o futuro da companhia aérea de bandeira TAP – tendo em conta a perspectiva anunciada pelo Governo de privatização destas empresas – o PCP considera indispensável a participação e o envolvimento dos trabalhadores do sector aéreo e suas estruturas representativas, e desde logo dos agentes económicos que dependem deste sector e que podem ser atingidos pelas privatizações. No nosso entendimento, a política de investimento e de exploração neste sector tem de ser subordinada apenas ao interesse nacional, à soberania ao desenvolvimento (e não aos interesses privados de grupos económicos). É com esse ponto de partida que pretendemos promover esta reflexão e debate.

Ouvir [Declaração de Bruno Dias Audição Pública sobre a privatização dos aeroportos](#)

- **Audição Pública sobre Privatizações. (23 de Abril de 2010)**

O Governo do Partido Socialista, no seguimento do Orçamento do Estado que apresentou na Assembleia da República, assumiu perante a União Europeia um conjunto de compromissos, plasmados no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), que a efectivarem-se colocam os trabalhadores e o país perante uma profunda reconfiguração do Estado, corolário de um conjunto de políticas personificadas por este Partido Socialista e pelo Governo que ele sustenta e com o apoio dos partidos da direita, PSD e CDS-PP.

Do conjunto de medidas anunciadas no PEC e no Orçamento do Estado para 2010, assume especial relevância o programa de privatizações proposto. O que está em causa é a alienação por parte do Estado de um conjunto de empresas que estão na sua posse e que representam sectores estratégicos para a economia e para a soberania nacional - desde o sector da energia, aos transportes e comunicações - empresas lucrativas e prestadoras de serviços essenciais às populações que passarão assim para mãos privadas, alienando o Estado não só dos seus lucros presentes e futuros como pondo em causa o direito ao acesso a serviços públicos de qualidade.

Neste sentido o PCP realizou no dia 6 de Maio uma Interpelação ao Governo centrada no tema das Privatizações. Na preparação desta promovemos conjunto de iniciativas de onde destacamos a Audição Parlamentar, que decorreu no dia 23 de Abril, e que teve como objectivo ouvir um conjunto de pessoas e entidades que pela sua actuação e reflexão foram um contributo para perceber de facto as potenciais consequências da realização do programa de privatizações proposto.

Ouvir [Intervenção de Jerónimo de Sousa na Assembleia de República](#)

- [Audição Pública sobre o sector automóvel \(30 de Junho de 2010\)](#)

O PCP promoveu uma audiência parlamentar sobre a situação do sector automóvel e de componentes em Portugal.

Trata-se de um importante sector, com um peso considerável no País, e que tem uma situação marcada pelo enorme contraste entre os lucros astronómicos alcançados pelas empresas do sector em 2009 e o congelamento dos salários, a destruição de postos de trabalho, a precariedade, o aumento dos ritmos de produção e a degradação das condições de vida dos trabalhadores do sector. Esta audiência parlamentar visou aprofundar o conhecimento sobre esta realidade e discutir medidas que defendam a produção nacional e os direitos dos trabalhadores, tendo sido aberta a todos os sindicatos, comissões de trabalhadores e comissões sindicais.

- [Audição pública sobre políticas sociais \(7 de Julho\)](#)

O PCP realizou no dia 7 de Julho uma Audição com Instituições de Solidariedade Social e outras entidades que intervêm nas diversas valências da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais.

Num encontro onde participaram cerca de 50 representantes de instituições e entidades que desenvolvem trabalho nesta área, tendo ficado patente a total desresponsabilização por parte do governo, tanto ao nível da falta de apoios financeiros na manutenção e na construção de novos equipamentos, como também no apoio ao financiamento das IPSS.

Os representantes destas entidades partilharam também as preocupações que têm relativamente aos impactos do PEC e do Código Contributivo, designadamente no agravamento da situação de muitas instituições no plano financeiro, da garantia de igualdade de acesso e da qualidade das respostas sociais que prestam e do estatuto remuneratório dos seus trabalhadores.

- **Reunião pública sobre a área da cultura (12 de Julho de 2010)**

O PCP realizou uma audição pública sobre a área da cultura motivada pelos cortes orçamentais anunciados pelo Governo.

Da iniciativa sobressaiu a ideia que tais cortes se inserem numa estratégia global, que tem sido aplicada nos últimos anos, de desinvestimento no sector cultural, de agravamento das condições laborais dos trabalhadores das artes dos espectáculos, de um seríssimo agravamento das condições de funcionamento, de independência (e até mesmo de sobrevivência) de inúmeras estruturas e agentes culturais.

Ressaltou também a ideia de que o Estado tem responsabilidades constitucionais perante a cultura e que estes cortes agora anunciados pela Ministra da Cultura são inaceitáveis e devem ser combatidos.

Participaram neste encontro representantes da Associação de Imagem Cinema e Televisão Portuguesa, CENDREV, Companhia de Teatro de Almada, Dotes e Letras, Grupo Teatro Sociedade Dramática de Campolide, Procur.Arte, Sindicato dos Músicos, Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos, Teatro Elefante, Teatro Extremo, Teatro Fórum de Moura, Teatro Rainha e individualmente diversos trabalhadores das artes e espectáculos.

Ouvir [Declarações de João Oliveira sobre os cortes orçamentais na área da cultura:](#)

2.2 II Sessão Legislativa

- **Audição Pública sobre o Processo de Bolonha: 5 anos depois, uma avaliação dos impactos do Processo de Bolonha (04 de Abril de 2011)**

O PCP realizou uma Audição Pública sobre o Processo de Bolonha, com a participação de diversas entidades e associações. Miguel Tiago referiu em declarações, que este processo tem conduzido a uma degradação do sistema educativo, colocando as Universidades e Politécnicos ao serviço dos objectivos das empresas, como também ao aumento brutal das propinas impedindo o acesso ao ensino superior de muitos estudantes.

Ouvir declarações do [Deputado Miguel Tiago](#)

- **Audição Pública sobre os direitos de maternidade, paternidade e adopção - Maternidade e Paternidade - da Lei à realidade (28 de Março de 2011)**

O PCP realizou na Assembleia da República, uma Audição Pública sobre os direitos de maternidade, paternidade e adopção. Rita Rato afirmou que apesar da lei consagrar um conjunto de direitos, a realidade demonstra uma inegável de violação dos direitos de maternidade e paternidade a partir do local de trabalho

Ouvir [Declarações da Deputada Rita Rato:](#)

- **Audição Pública sobre Legislação do Solos (21 de Março de 2011)**

O PCP realizou na Assembleia da República uma Audição Pública sobre a Legislação do solo, designadamente na perspectiva do solo urbano, do ordenamento do território, da urbanização e da reabilitação urbana.

Ouvir [Declarações da Deputada Paula Santos:](#)

- **Audição Pública sobre o futuro do Sector Empresarial do Estado nos Transportes e Comunicações (10 de Janeiro)**

O PCP realizou na Assembleia da Republica uma Audição Pública sobre o futuro do Sector Empresarial do Estado nos Transportes e Comunicações motivada pelas opções do Governo que apontam para uma nova fase do processo de liquidação do serviço público de Transportes e Comunicações em Portugal e das respectivas empresas do Sector Empresarial do Estado.

3. Debates Temáticos / Agendamentos Potestativos

3.1 I Sessão Legislativa

- **Agendamento Potestativo sobre os Horários de Trabalho. (21 de Janeiro de 2010)**

Intervenção de [Paula Santos](#)

Intervenção de [Miguel Tiago](#)

Intervenção de [Rita Rato](#)

Intervenção de [Jorge Machado](#)

Intervenção de [Bernardino Soares](#)

Projecto de Lei [n.º 8/XI/1ª \(PCP\)](#)

Diário da Assembleia da República - [Debate conjunto, na generalidade, dos projectos de lei n.os 8/XI \(1.ª\) — Elimina os mecanismos de aumento do horário de trabalho \(PCP\)](#)

3.2 II Sessão Legislativa

- **Debate de Actualidade - Aumento do salário mínimo nacional (20 de Outubro de 2010)**

O PCP apresentou o [Projecto de Resolução n.º 272/XI](#) propondo o aumento do salário mínimo nacional.

O salário mínimo nacional, actualmente nos 475 euros, é manifestamente insuficiente face ao agravamento dos custos de vida, tratando-se de uma medida da mais elementar justiça o aumento do salário mínimo nacional.

Do debate de tal iniciativa resultou a aprovação do primeiro ponto do Projecto de Resolução, transformando-se em resolução da Assembleia da República o ponto em que se recomenda ao Governo que “confirme o calendário já previsto para o aumento do salário mínimo nacional, estabelecendo o seu valor em 500 euros, em de 1 de Janeiro de 2011”.

Assim, por se tratar de uma matéria de extrema importância para os trabalhadores Portugueses, o PCP realizou um debate de actualidade sobre o aumento do salário mínimo nacional.

Intervenção de [Jorge Machado](#)

Intervenção de [Rita Rato](#)

Intervenção de [Bernardino Soares](#)

- **Debate de Urgência: Reconstrução na Região Autónoma da Madeira** ([2 de Março de 2011](#))

Um ano depois da tragédia de 20 de Fevereiro de 2010 na Madeira e das posteriores decisões políticas e legislativas para responder à dramática situação criada, impôs-se fazer um balanço da aplicação destas decisões, nomeadamente as transferências ao abrigo da Lei de Meios e que montantes já foram efectivamente enviados; qual a utilização concreta dada a essas verbas e particularmente se foram de facto empregues na reconstrução ou se estão a ser aplicadas noutras áreas; que diligências desenvolveu o Governo para que as verbas prometidas pela União Europeia, sejam de facto enviadas para a Região Autónoma da Madeira; em que ponto estão outros mecanismos de apoio à reconstrução daquela Região.

Justificando-se assim a realização de um debate de urgência sobre a Reconstrução na Região Autónoma da Madeira, na sequência da tragédia de há um ano atrás.

Intervenção de [Paula Santos](#)

Intervenção de [António Filipe](#)

Intervenção de [Bernardino Soares](#)

- **Debate de Urgência: Aumento dos preços dos bens essenciais** ([13 de Janeiro de 2011](#))

O PCP promoveu um Debate de Urgência Potestativo, sobre “aumento dos preços dos bens essenciais”

Intervenção de [João Ramos](#)

Intervenção de [Paula Santos](#)

- **Debate Temático: Produção Nacional** ([25 de Março de 2011](#))

O PCP considera a questão da produção nacional essencial para o futuro do nosso país, tendo em conta o seu carácter estratégico para a soberania e o desenvolvimento do país. Trata-se de uma opção estratégica para garantir um crescimento económico sustentado, a criação de emprego e a saída da crise.

A necessidade de avaliação e debate com o Governo sobre a situação actual, bem como sobre as medidas necessárias para lhe fazer frente, suscitou o agendamento de um Debate Temático no Plenário da Assembleia da República, sobre o tema da “Produção Nacional”.

Intervenção de [Agostinho Lopes](#)

4. Interpeleções ao Governo

4.1 I Sessão Legislativa

- **Transparência das Políticas Públicas (17 de Dezembro de 2010)**
(interpeleção n.º 1/XI/1.ª (PCP))

Intervenção de [Bernardino Soares](#):

Intervenção de [José Soeiro](#):

Intervenção de [Bruno Dias](#)

Intervenção de [Jorge Machado](#)

Intervenção de [Agostinho Lopes](#)

Intervenção de [António Filipe](#)

Intervenção de [Miguel Tiago](#)

- **Por um sector público forte e dinâmico, contra as privatizações. (6 de Maio de 2010)**
Interpeleção ao Governo n.º 4/XI/1ª (PCP)

Intervenção de [Honório Novo](#)

Intervenção de [Agostinho Lopes](#)

Intervenção de [Jerónimo de Sousa](#)

Intervenção de [Bernardino Soares](#)

4.2 II Sessão Legislativa

- **Sobre Legislação Laboral - Por outra política laboral ao serviço dos trabalhadores e do país.**
(16 de Fevereiro de 2011)
Interpeleção ao Governo n.º 13/XI/2.ª (PCP)

Intervenção [João Oliveira](#)

Intervenção de [Bernardino Soares](#)

Intervenção de [Jorge Machado](#)

5. Moção de Censura apresentada pelo PCP

- **Moção de Censura nº 1/XI-1ª – O Futuro do País comprometido pela política de direita (18 de Maio de 2010)**

Declaração de [Bernardino Soares](#) sobre a entrega da Moção de Censura na Assembleia da República:

Intervenção de [António Filipe](#)

Intervenção de [Bernardino Soares](#)

Intervenção de [Miguel Tiago](#)

Intervenção de [Francisco Lopes](#)

Intervenção de [Francisco Lopes](#)

Intervenção de [Jerónimo de Sousa](#)

Intervenção de [Agostinho Lopes](#)

Intervenção de [José Soeiro](#)

Intervenção de [Honório Novo](#)

6. Jornadas Parlamentares

6.1 I Sessão Legislativa

- **Jornadas Parlamentares em Viseu, 12 e 13 de Janeiro de 2010**

Intervenção de [de Jerónimo de Sousa na Abertura das Jornadas Parlamentares](#):

[Conclusões das Jornadas Parlamentares](#)

- **Jornadas Parlamentares em Setúbal, 31 de Maio e 1 de Junho de 2010**

[Intervenção de Jerónimo de Sousa na Abertura das Jornadas Parlamentares do PCP](#) - Por uma política de ruptura, patriótica e de esquerda:

Declaração de [Francisco Lopes](#)

Intervenção de [Bernardino Soares](#)

[Conclusões das Jornadas Parlamentares](#)

6.2 II Sessão Legislativa

- **Jornadas Parlamentares em Santarém, 11 e 12 de Outubro de 2010**

[Intervenção de Bernardino Soares](#), na Abertura das Jornadas Parlamentares

[Intervenção de Jerónimo de Sousa, Secretário-Geral do PCP](#), na Abertura das Jornadas Parlamentares

[Depoimento de António Filipe](#), Deputado eleito por Santarém, sobre o conjunto de visitas e encontros realizados nas Jornadas

[Conclusões das Jornadas Parlamentares](#)

- **Jornadas Parlamentares na Região Autónoma da Madeira, 20, 21 e 22 de Fevereiro de 2011**

[Intervenção de Jerónimo de Sousa, Secretário-Geral do PCP](#), na Abertura das Jornadas Parlamentares na Madeira

Madeira - Um ano após tragédia, as populações continuam à espera de apoios [\(vídeo\)](#)

[Conclusões das Jornadas Parlamentares](#)

[Declaração Política](#) sobre as conclusões das Jornadas

7. Comissões Eventuais

7.1 I Sessão Legislativa

- **Comissão eventual para o acompanhamento político do fenómeno da corrupção e para a análise integrada de soluções com vista ao seu combate**

Intervenção de [António Filipe](#)

[Relatório Final](#)

- **Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à actuação do Governo em relação à Fundação para as Comunicações Móveis**

Intervenção de [Bruno Dias](#)

[Relatório Final](#)

- **Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à relação do Estado com a Comunicação Social e, nomeadamente, à actuação do Governo na compra da TVI**

Intervenção de [João Oliveira](#)

[Relatório Final](#)

7.2 II Sessão Legislativa

- **Comissão Eventual para a Revisão Constitucional (8ª Revisão Constitucional)**

Presidência atribuída ao PCP (trabalhos interrompidos por via da dissolução)

[Consultar trabalhos aqui](#)

- **Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate**

[Consultar trabalhos aqui](#)

8. Projectos de Lei

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/IniciativasLegislativas.aspx>

Pjl	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV
Aprovados (Final global)	22	26	24	28	13	6
Rejeitados (generalidade)	59	0	9	24	71	13
Total	162	46	65	177	186	26

Nota: Contabilizam-se apenas as iniciativas aprovadas que na votação final global contaram com o voto favorável do GP proponente

8.1 I Sessão Legislativa

8.1. a) Projectos de Lei apresentados

1	Pjl 404	Altera a Lei de programação de instalações e equipamentos das forças de segurança reforçando os meios de fiscalização e acompanhamento parlamentar da sua execução.	22-07-2010
2	Pjl 376	Extingue o cargo de comandante operacional municipal no âmbito dos serviços municipais de protecção civil (1.ª alteração à Lei nº 27/2006, de 3 de Julho, que aprova a Lei de Bases da Protecção Civil e à Lei n.º 65/2007 de 12 de Novembro, que define o enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de protecção civil e determina as competências do comandante operacional municipal).	09-07-2010
3	Pjl 367	Altera o complemento solidário para idosos tornando mais justa a sua atribuição.	08-07-2010
4	Pjl 365	Institui bolsas de habitação a nível concelhio, adoptando medidas que incentivem o arrendamento de fogos devolutos.	07-07-2010
5	Pjl 364	Reforça o abono de família a crianças e jovens em situação de desemprego do agregado familiar.	07-07-2010
6	Pjl 352	Constituição de turmas - número máximo de alunos nos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensino básico e secundário.	30-06-2010
7	Pjl 338	Estabelece o Regime Jurídico das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e regula as atribuições, competências e funcionamento dos respectivos órgãos.	24-06-2010
8	Pjl 337	Alteração ao regime jurídico de recenseamento eleitoral, (Quinta alteração à Lei n.º 13/99, de 22 de Março, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 3/2002, de 8 de Janeiro, pelas Leis Orgânicas n.ºs 4/2005 e 5/2005 de 8 de Setembro, e pela Lei n.º 47/2008, de 27 de Agosto).	24-06-2010
9	Pjl 336	Estabelece o regime jurídico das Associações de Municípios de Direito Público.	24-06-2010
10	Pjl 335	Adopta um quadro de medidas de apoio à instalação de novas freguesias.	24-06-2010
11	Pjl 318	Segunda alteração à Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro, que aprovou o Estatuto do Jornalista	17-06-2010
12	Pjl 317	Financiamento dos Partidos	17-06-2010
13	Pjl 314	Altera o Decreto-Lei n.º 233/2008, de 2 de Dezembro, que regulamenta a Lei n.º 39/2004, de 18 de Agosto, relativa ao exercício do direito de Associação dos Militares da Guarda Nacional Republicana.	16-06-2010
14	Pjl 306	Revoga as taxas relativas à actividade de regulação da ERSAR [Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de Outubro, que aprova a Orgânica da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos I.P.].	04-06-2010
15	Pjl 305	Determina um prazo máximo de 2 dias úteis para os procedimentos cautelares em matéria de serviços públicos essenciais.	04-06-2010
16	Pjl 304	Revoga os benefícios fiscais concedidos a PPRs - Planos de Poupança Reforma - e ao regime público de capitalização. Procede a alterações ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 108/2008, de 26 de Junho (Quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 108/2008, de 26 de Junho).	02-06-2010
17	Pjl 303	Altera os Códigos do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o Código do Imposto sobre Veículos (ISV) e o Código do Imposto Único de Circulação (IUC), visando tributar de forma extraordinária o património, introduzir maior justiça fiscal e permitir maior equidade na distribuição de rendimentos.	02-06-2010
18	Pjl 302	Determina a aplicação extraordinária de uma taxa efectiva de IRC de 25% ao sector bancário, financeiro e grandes grupos económicos. Elimina os benefícios fiscais concedidos ao sector bancário e financeiro com actividade na Zona Franca da Madeira.	02-06-2010

19	Pjl	301	Cria um novo imposto sobre operações realizadas no mercado de valores mobiliários e sobre certas transferências financeiras para o exterior.	02-06-2010
20	Pjl	286	Abre um período extraordinário de entrega voluntária de armas de fogo não manifestadas ou registadas.	26-05-2010
21	Pjl	282	Cria o regime jurídico da declaração de conformidade do motociclo histórico.	20-05-2010
22	Pjl	268	Primeira alteração ao Código da execução das penas e medidas privadas da liberdade (Aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro)	14-05-2010
23	Pjl	255	Integra o município de Mação na NUTS III - Médio Tejo.	04-05-2010
24	Pjl	253	Reforça o regime de protecção das uniões de facto.	30-04-2010
25	Pjl	250	Altera as regras do concurso para selecção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como da educação especial, retirando a consideração dos resultados da avaliação de desempenho para efeitos de colocação de professores.	29-04-2010
26	Pjl	249	Fixa um regime coerente de férias judiciais, (Décima alteração à Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto)	29-04-2010
27	Pjl	248	Estabelece o regime de Segurança Social dos trabalhadores das Artes do Espectáculo.	29-04-2010
28	Pjl	247	Define o regime sócio-profissional aplicável aos trabalhadores das Artes do Espectáculo e do Audiovisual.	29-04-2010
29	Pjl	246	Elimina as discriminações em razão da nacionalidade na atribuição de habitação social (Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 797/76, de 6 de Novembro, que «Cria serviços municipais de habitação social»).	23-04-2010
30	Pjl	241	Regime de renda apoiada (Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio).	22-04-2010
31	Pjl	240	Determina a elaboração da cartografia total de apoio ao plano sectorial da Rede Natura 2000.	22-04-2010
32	Pjl	238	Requisitos do concurso anual com vista o suprimentos das necessidades transitórias de pessoal docente para o ano escolar 2010-2011	21-04-2010
33	Pjl	228	Aditamento à Lei que regula a aplicação de medidas para protecção de testemunhas em processo penal, (segunda alteração à Lei n.º 93/99, de 14 de Julho, alterada pela Lei n.º 29/2008, de 4 de Julho).	15-04-2010
34	Pjl	227	Aditamento ao Regime Jurídico da Tutela Administrativa (Aprovado pela Lei n.º 27/96, de 1 de Agosto).	15-04-2010
35	Pjl	226	Controlo Público dos Rendimentos e Património dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos (Quinta alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de Abril).	15-04-2010
36	Pjl	209	Tributa as mais-valias mobiliárias de qualquer origem e natureza, independentemente do tempo de detenção do património, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, e o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho.	08-04-2010
37	Pjl	201	Garante a vinculação dos professores contratados e promove a estabilidade do corpo docente das escolas.	30-03-2010
38	Pjl	192	Regulação dos horários de funcionamento das unidades de comércio e distribuição.	25-03-2010
39	Pjl	190	Aprova o regime de regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados.	24-03-2010
40	Pjl	183	Segunda alteração à Lei n.º 30/2002, de 20 de Dezembro, que aprova o Estatuto do Aluno do Ensino Básico e Secundário, alterada pela Lei n.º 3/2008, de 18 de Janeiro.	24-03-2010
41	Pjl	182	Estabelece um aumento dos apoios a conceder no âmbito da acção social escolar aos alunos dos ensinos básico e secundário.	24-03-2010
42	Pjl	179	Determina a recomposição das carreiras dos Sargentos Fuzileiros Deficientes das Forças Armadas graduados em Sargento-Mor	18-03-2010
43	Pjl	178	Altera o Código de Processo Penal garantindo maior celeridade no julgamento da criminalidade de menor gravidade.	17-03-2010
44	Pjl	170	Criação de um Fundo de Apoio ao Movimento Associativo português no estrangeiro.	10-03-2010
45	Pjl	169	Movimento Associativo das Comunidades Portuguesas residentes no estrangeiro.	10-03-2010
46	Pjl	168	Cria um Fundo de Apoio Social aos Emigrantes Portugueses.	10-03-2010
47	Pjl	166	Reforça a protecção social na maternidade, paternidade e adopção.	09-03-2010
48	Pjl	165	Reforça a protecção social na maternidade, paternidade e adopção dos trabalhadores da Administração Pública.	09-03-2010
49	Pjl	164	Altera a Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho, (Iniciativa Legislativa dos Cidadãos).	05-03-2010
50	Pjl	162	Interdita o uso do território incluído na REN e RAN a projectos imobiliários e determina a reversão para o Estado, sem indemnização, dos Projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN) que não respeitem os critérios e fins que fundamentaram a sua classificação como tal.	01-03-2010
51	Pjl	160	Regime Jurídico da Educação Especial.	26-02-2010
52	Pjl	159	Garante o exercício do direito constitucional de queixa ao Provedor de Justiça em matéria de Defesa Nacional e das Forças Armadas (1.ª alteração à Lei Orgânica nº 1-B/2009, de 7 de Julho e revogação da Lei nº 19/95, de 13 de Julho).	24-02-2010
53	Pjl	155	Revoga a taxa de recursos hídricos.	10-02-2010
54	Pjl	151	Gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.	04-02-2010

55	Pjl	150	Altera o Decreto-lei n.º 241/2007, de 21 de Junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses.	04-02-2010
56	Pjl	149	Cria os Gabinetes Pedagógicos de Integração Escolar (GPIE).	04-02-2010
57	Pjl	148	Altera o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude.	04-02-2010
58	Pjl	145	Determinação da designação da Freguesia de Pousade, no Concelho da Guarda	29-01-2010
59	Pjl	144	Reforça a fiscalização interna nas empresas de capitais públicos e sociedades cotadas em bolsa.	29-01-2010
60	Pjl	143	Regula o processo de decisão e acompanhamento do envolvimento de contingentes das Forças Armadas ou de Forças de Segurança Portuguesas em operações militares fora do território nacional (Primeira alteração à Lei n.º 31-A/2009, de 7 de Julho).	27-01-2010
61	Pjl	142	Crimes de responsabilidade de Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos (Terceira Alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 108/2001, de 28 de Novembro e 30/2008, de 1 de Agosto).	21-01-2010
62	Pjl	141	Alteração ao Regime Jurídico da Tutela Administrativa, Aprovado pela Lei n.º 27/96, de 1 de Agosto.	21-01-2010
63	Pjl	140	Altera o Estatuto dos Deputados e o Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos.	21-01-2010
64	Pjl	138	Regime de apoio à frequência de Estágios Curriculares.	20-01-2010
65	Pjl	137	Define o regime de certificação e adopção dos manuais escolares, garantindo a sua gratuidade.	20-01-2010
66	Pjl	132	Cria o Conselho Nacional do Associativismo Popular.	14-01-2010
67	Pjl	131	Excepciona os bares, cantinas e refeitórios das Associações sem fins lucrativos do Regime Geral de Licenciamento.	14-01-2010
68	Pjl	130	Reforça o apoio ao Movimento Associativo Popular através da alteração do Estatuto dos Benefícios Fiscais.	14-01-2010
69	Pjl	129	Regime de apoio ao Movimento Associativo Popular.	14-01-2010
70	Pjl	128	Altera o regime de concessão do Estatuto de Utilidade Pública.	14-01-2010
71	Pjl	120	Revoga o Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de Junho, que "Aprova o regime jurídico aplicável ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e os Estatutos do ML, E.P.E.".	06-01-2010
72	Pjl	101	Eliminação de reserva formulada pelo Estado Português à Convenção Europeia dos Direitos do Homem relativa à prisão disciplinar aplicável a militares.	11-12-2009
73	Pjl	96	Prorroga por 360 dias o prazo de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de Setembro, que, no uso da autorização concedida pela Lei n.º 36/2009, de 20 de Julho, aprova o Código Florestal.	10-12-2009
74	Pjl	94	Derrogação do sigilo bancário (vigésima alteração à Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro e Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 62/2005, de 11 de Março.)	07-12-2009
75	Pjl	91	Revoga o factor de sustentabilidade	04-12-2009
76	Pjl	87	Cria um regime transitório para a entrada em vigor do novo sistema de normalização contabilística e alarga o conceito de pequenas entidades para efeitos da aplicação do SNC (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho)	27-11-2009
77	Pjl	76	Financiamento do Ensino Superior Público.	25-11-2009
78	Pjl	75	Reforça a protecção das vítimas de violência.	25-11-2009
79	Pjl	73	Revoga as taxas cobradas pelo acesso às áreas protegidas e serviços públicos prestado pelo ICNB, garantido o direito fundamental ao ambiente e qualidade de vida.	24-11-2009
80	Pjl	72	Elimina o PEC - Pagamento Especial por Conta - para as Micro e Pequenas Empresas (Altera o Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro).	23-11-2009
81	Pjl	71	Diminui os prazos para o reembolso do IVA e fixa novos prazos e procedimentos para a entrega efectiva do imposto nas relações económicas com a Administração Pública, (Altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Setembro).	23-11-2009
82	Pjl	70	Determina o carácter público da gestão do terminal de contentores de Alcântara.	23-11-2009
83	Pjl	62	Licenciamento das Redes de transporte de electricidade em Muito Alta e Alta Tensão.	20-11-2009
84	Pjl	60	Altera o sistema de qualificação e formação contínua dos motoristas, reforçando a protecção dos direitos dos trabalhadores.	18-11-2009
85	Pjl	59	Garante aos trabalhadores o vínculo público de nomeação e combate a precariedade na Administração Pública.	18-11-2009
86	Pjl	58	Institui uma verdadeira mobilidade entre os serviços da Administração Pública e revoga a mobilidade especial.	18-11-2009
87	Pjl	57	Suspende o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho dos trabalhadores da Administração Pública (SIADAP 3).	18-11-2009
88	Pjl	56	Repõe direitos retirados na aposentação e protege as carreiras contributivas longas, garantindo o direito a uma aposentação sem penalizações aos 40 anos de contribuições.	18-11-2009
89	Pjl	45	Revoga as taxas moderadoras que não dependem da vontade dos utentes.	13-11-2009
90	Pjl	42	Estatuto do Pessoal de Investigação Científica em formação.	12-11-2009
91	Pjl	41	Actualização extraordinária das Bolsas de Investigação. Primeira alteração à Lei n.º 40/2004, de 18 de Agosto (Estatuto do Bolseiro de Investigação).	12-11-2009

92	Pjl	40	Revoga o Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de Junho, que "Aprova o regime jurídico aplicável à CP - Comboios de Portugal, E.P.E.e os Estatutos da CP.	11-11-2009
93	Pjl	39	Altera o mecanismo da redução de actividade e suspensão do contrato de trabalho - LAY OFF - reforçando os direitos dos trabalhadores.	11-11-2009
94	Pjl	38	Altera o Código de Processo Penal visando a defesa da investigação e a eficácia do combate ao crime.	10-11-2009
95	Pjl	37	Proíbe a aplicação de taxas, comissões, custos, encargos ou despesas às operações de multibanco através de cartões de débito.	10-11-2009
96	Pjl	28	Revoga o sistema de Identificação Electrónica de Veículos e o Dispositivo Electrónico de Matrícula.	06-11-2009
97	Pjl	25	Cria o tipo de crime de enriquecimento ilícito.	02-11-2009
98	Pjl	21	Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio, S.A.	23-10-2009
99	Pjl	8	Elimina os mecanismos de aumento do horário de trabalho.	15-10-2009
100	Pjl	7	Protege as carreiras contributivas longas garantindo o direito a uma reforma sem penalizações.	15-10-2009
101	Pjl	6	Revoga as regras da caducidade das convenções colectivas de trabalho.	15-10-2009
102	Pjl	5	Reforça a protecção social em situação de desemprego.	15-10-2009
103	Pjl	4	Repõe o princípio do tratamento mais favorável do trabalhador.	15-10-2009
104	Pjl	3	Define novas regras de actualização das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social e do indexante dos apoios sociais.	15-10-2009
105	Pjl	2	Determina as condições da revisão do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos ensinos Básico e Secundário, e as condições da sua realização	15-10-2009
106	Pjl	1	Reforça a protecção dos trabalhadores na contratação a termo.	15-10-2009

8.1. b) Projectos de Lei aprovados

- 1) [Projecto de Lei 21/XI/1.º](#) - Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio, S.A.
- 2) [Projecto de Lei n.º 71/XI-1.º](#) - Diminui os prazos para o reembolso do IVA e fixa novos prazos e procedimentos para a entrega efectiva do imposto nas relações económicas com a Administração Pública, (Altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Setembro).
- 3) [Projecto de Lei n.º 87/XI/1.º](#) - Cria um regime transitório para a entrada em vigor do novo Sistema de Normalização Contabilística e alarga o conceito de pequenas entidades para efeitos da aplicação do SNC. [Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho]
- 4) [Projecto de Lei n.º 94/XI/1.º](#) - Derrogação do sigilo bancário (vigésima alteração à Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro e Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 62/2005, de 11 de Março.)
- 5) [Projecto de Lei n.º 96/XI/1.º](#) - Prorroga por 360 dias o prazo de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de Setembro, que, no uso da autorização concedida pela Lei n.º 36/2009, de 20 de Julho, aprova o Código Florestal.
- 6) [Projecto de Lei n.º 131 /XI-1.º](#)- Excepciona os Bares, Cantinas e Refeitórios das Associações sem Fins Lucrativos do Regime Geral de Licenciamento
- 7) [Projecto de Lei n.º 142 /XI-1.º](#)- Crimes de responsabilidade de Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos (Terceira Alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 108/2001, de 28 de Novembro e 30/2008, de 1 de Agosto).
- 8) [Projecto de Lei 145/XI/1](#) - Determinação da designação da Freguesia de Pousade, no Concelho da Guarda.
- 9) [Projecto de Lei n.º 226 /XI-1.º](#) - Controlo público dos rendimentos e património dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos (quinta alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de Abril)

- 10) [Projecto de Lei n.º 228 /XI-1.º](#) - Aditamento à Lei que Regula a aplicação de medidas para protecção de testemunhas em processo penal. (Segunda alteração à Lei n.º 93/99, de 14 de Julho, alterada pela Lei n.º 29/2008, de 4 de Julho)
- 11) [Projecto de Lei 249/XI/1º](#) - Fixa um regime coerente de férias judiciais, (Décima alteração à Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto)
- 12) [Projecto de Lei n.º 253/XI-1º](#) - Reforça o regime de protecção das uniões de facto
- 13) [Projecto de Lei n.º 255 /XI/1.º](#) - Integra o Município de Mação na NUTS III – Médio Tejo
- 14) [Projecto de Lei n.º 268 /XI/1.º](#) - Primeira Alteração ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade (Aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro)
- 15) [Projecto de Lei 282/XI/1º](#) - Cria o regime jurídico da declaração de conformidade do motociclo histórico.

8.2 II Sessão Legislativa

8.2. a) Projectos de Lei apresentados

1	Pjl	624	Aprova o Estatuto dos Funcionários Parlamentares.	06-04-2011
2	Pjl	619	Determina a aplicação extraordinária de uma taxa efectiva de IRC de 25% ao sector bancário, financeiro e grandes grupos económicos (Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro)	30-03-2011
3	Pjl	618	Garante a ligação ferroviária à cidade de Viseu	30-03-2011
4	Pjl	617	Estabelece a obrigatoriedade de elaboração e apresentação de um relatório anual de combate à fraude e à evasão fiscais	30-03-2011
5	Pjl	616	Cria o imposto sobre operações realizadas no mercado de valores mobiliários e sobre certas transferencias financeiras para o exterior	30-03-2011
6	Pjl	587	Institui o Programa Nacional de Combate à Precariedade Laboral e ao Trabalho Ilegal	25-03-2011
7	Pjl	586	Cria a obrigação legal de fiscalização e combate a utilização abusiva dos estágios profissionais promovidos ou apoiados pelo Estado	25-03-2011
8	Pjl	585	Altera a Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, que "Define o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a protecção sanitária e social das pessoas que manuseiam tais substâncias sem prescrição médica"	25-03-2011
9	Pjl	584	Altera o Código Contributivo reforçando a protecção social dos pequenos e médios agricultores	25-03-2011
10	Pjl	583	Altera o regime de promoções do pessoal do troço de mar do quadro de pessoal militarizado da Marinha	25-03-2011
11	Pjl	572	Extingue o regime fiscal aplicável às actividades financeiras e de crédito, localidades na Zona Franca da Madeira, e altera o regime fiscal aí aplicável a empresas não financeiras.	23-03-2011
12	Pjl	571	Revoga o actual modelo de avaliação de desempenho docente e inicia a negociação sindical para um novo modelo de avaliação orientado para a melhoria da qualidade do ensino.	23-03-2011
13	Pjl	569	Criminaliza o recurso aos «falsos recibos verdes».	21-03-2011
14	Pjl	568	Altera o Código Contributivo tornando mais justo o regime de contribuições dos trabalhadores independentes.	21-03-2011
15	Pjl	567	Aumenta a tributação sobre o património imobiliário de luxo (49.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, que aprovou o Código do Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas IMT - e o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI).	18-03-2011
16	Pjl	566	Aumenta a tributação sobre a aquisição e a detenção de certos bens de luxo (12.ª alteração à Lei n.º 22-A/2007, de 29 de Junho, que aprovou o Código do Imposto sobre Veículos ISV e o Código do Imposto Único de Circulação - IUC).	18-03-2011
17	Pjl	561	Procede à quarta alteração à Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, que "cria no ordenamento jurídico alguns mecanismos destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais".	17-03-2011
18	Pjl	555	Primeira alteração ao Decreto-Lei nº 3/2011, de 6 de Janeiro que, institui o procedimento especial de obtenção do grau de especialista, por equiparação ao estágio da carreira dos técnicos superiores de saúde a que se refere o Decreto-Lei n.º 414/91, de 22 de Outubro.	11-03-2011
19	Pjl	554	Torna obrigatória para as empresas comercializadoras "de último recurso" de gás natural a instalação de postos de abastecimento de gás natural comprimido (GNC) em regime de serviço público nas capitais de distrito das suas respectivas áreas geográficas.	11-03-2011
20	Pjl	550	Altera o Código contributivo reforçando a protecção social dos pescadores.	04-03-2011

21	Pjl	543	Determina a conversão dos falsos "recibos verdes" na administração pública, bem como dos contratos de emprego inserção, em contratos de trabalho efectivo.	02-03-2011
22	Pjl	539	Combate os "falsos recibos verdes" convertendo-os em contratos efectivos.	01-03-2011
23	Pjl	538	Concurso de ingresso e mobilidade de professores.	01-03-2011
24	Pjl	537	Garante a vinculação dos professores contratados e promove a estabilidade do corpo docente das escolas.	01-03-2011
25	Pjl	531	Estabelece o regime jurídico da segurança social dos trabalhadores das pedreiras, antecipando a idade de acesso à pensão de velhice.	23-02-2011
26	Pjl	530	Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio S.A., contemplando o direito a indemnizações por morte ou doença.	23-02-2011
27	Pjl	523	Institui para o Governo a obrigatoriedade de apresentação anual à Assembleia da República de um relatório sobre a situação do País em matéria de droga, álcool e toxicodependências (3ª Alteração à Lei n.º 45/96, de 3 de Setembro, que altera o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro (regime jurídico do tráfico e consumo de estupefacientes).	16-02-2011
28	Pjl	521	Limita os vencimentos e demais remunerações dos gestores públicos do Sector Empresarial do Estado, membros dos órgãos directivos de institutos públicos, de autoridades reguladoras independentes, de empresas regionais, de empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas.	14-02-2011
29	Pjl	517	Proíbe a cobrança a munícipes, utentes ou consumidores, de encargos sobre o uso do subsolo do domínio público.	09-02-2011
30	Pjl	516	Revê o regime laboral dos ajudantes familiares.	09-02-2011
31	Pjl	508	Revoga as taxas moderadoras.	28-01-2011
32	Pjl	507	Extingue o cargo de Secretário-Geral do sistema de Segurança Interna (1.ª alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna).	27-01-2011
33	Pjl	503	Primeira alteração a Lei n.º 57/2008, de 4 de Setembro, que cria a Ordem dos Psicólogos e aprova o seu Estatuto.	20-01-2011
34	Pjl	497	Define o regime jurídico da psicologia em contexto escolar, bem como o regime de contratação e colocação de psicólogos com formação na área da psicologia educacional e profissionais das ciências da educação nos estabelecimentos públicos de ensino.	14-01-2011
35	Pjl	494	Cria o tipo de crime de enriquecimento ilícito.	13-01-2011
36	Pjl	489	Procede à 26.ª alteração ao Código Penal e à quarta alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de Junho, relativa a crimes da responsabilidade de Titulares de Cargos Políticos.	12-01-2011
37	Pjl	483	Cria o programa de remoção de obstáculos e armadilhas nas vias de circulação rodoviária.	06-01-2011
38	Pjl	470	Fixa em 21,5%, a taxa aplicável às Mais-Valias Mobiliárias Tributadas em sede de IRS (Altera o Código do Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro).	16-12-2010
39	Pjl	467	Prorroga por 365 dias o prazo de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de Setembro, que, no uso da autorização concedida pela Lei n.º 36/2009, de 20 de Julho, aprova o Código Florestal.	13-12-2010
40	Pjl	464	Institui a prescrição por DCI como regra no Serviço Nacional de Saúde.	13-12-2010
41	Pjl	460	Altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social.	02-12-2010
42	Pjl	456	Estabelece as Bases da Política de Ambiente.	29-11-2010
43	Pjl	455	Tributa as mais-valias mobiliárias realizadas por Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS), Sociedades de Capital de Risco (SCR), Fundos de Investimento, Fundos de Capital de Risco, Fundos de Investimento Imobiliário em Recursos Florestais, Entidades não Residentes e Investidores de Capital de Risco (ICR) e fixa em 21,5% a taxa aplicável a todas as mais-valias mobiliárias tributadas em sede de IRS e em sede de IRC. (Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, e o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho).	26-11-2010
44	Pjl	451	Financiamento do Ensino Superior Público.	23-11-2010
45	Pjl	449	Tributa os dividendos distribuídos por sociedades gestoras de participações sociais (altera o artigo 51.º do Código do Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Colectivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, e o artigo 32.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho).	12-11-2010
46	Pjl	439	Lei Orgânica do Regime do Referendo Regional.	14-10-2010
47	Pjl	438	Revoga o decreto-lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, repondo critérios mais justos na atribuição dos apoios sociais.	14-10-2010
48	Pjl	437	Altera o âmbito de aplicação da Lei n.º 47/2010, de 7 de Setembro.	13-10-2010
49	Pjl	426	Determina um prazo máximo de 5 dias úteis para os procedimentos cautelares em matéria de serviços públicos essenciais (61.ª alteração ao Código do Processo Civil aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44 129, de 28 de Dezembro de 1961).	29-09-2010
50	Pjl	422	Cria o Conselho Nacional para as Tecnologias da Informação e da Comunicação.	23-09-2010
51	Pjl	421	Estabelece a adopção de normas abertas nos Sistemas Informáticos do Estado.	23-09-2010
52	Pjl	420	Altera a "Lei do Cibercrime", descriminalizando o ensino e a investigação científica.	23-09-2010
53	Pjl	419	Aprova o quadro de regulamentação da qualidade de serviço no acesso à Internet.	23-09-2010
54	Pjl	418	Estabelece o princípio da Neutralidade da Rede nas Comunicações Electrónicas.	23-09-2010

55	Pjl	417	Revoga o Decreto-Lei n.º 67-A /2010, de 14 de Junho, que "Identifica os lanços e os sublanços de auto-estrada sujeitos ao regime de cobrança de taxas de portagem aos utilizadores e fixa a data a partir da qual se inicia a cobrança das mesmas"	22-09-2010
56	Pjl	411	1.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de Agosto, que estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina. (Condiciona as transferências de farmácias à garantia de acesso das populações aos serviços farmacêuticos).	17-09-2010

8.2. b) Projectos de Lei aprovados

1. [Projecto de Lei 571/XI/2ª](#) - Revoga o actual modelo de avaliação de desempenho docente e inicia a negociação sindical para um novo modelo de avaliação orientado para a melhoria da qualidade do ensino.
2. [Projecto de Lei 561/XI/2ª](#) -Procede à quarta alteração à Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, que "cria no ordenamento jurídico alguns mecanismos destinados a proteger o utente de serviços públicos essenciais".
3. [Projecto de Lei 624/XI](#) - Aprova o Estatuto dos Funcionários Parlamentares
4. [Projecto de Lei 489/XI/2ª](#) - Procede à 26.ª alteração ao Código Penal e à quarta alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de Junho, relativa a crimes da responsabilidade de Titulares de Cargos Políticos.
5. [Projecto de Lei 467/XI/2ª](#) - Prorroga por 365 dias o prazo de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de Setembro, que, no uso da autorização concedida pela Lei n.º 36/2009, de 20 de Julho, aprova o Código Florestal.
6. [Projecto de Lei 437/XI/2ª](#) - Altera o âmbito de aplicação da Lei n.º 47/2010, de 7 de Setembro.
7. [Projecto de Lei 411/XI/2ª](#) - 1.ª Alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2007, de 31 de Agosto, que estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina. (Condiciona as transferências de farmácias à garantia de acesso das populações aos serviços farmacêuticos).

9. Projectos de Resolução

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/IniciativasLegislativas.aspx>

Pjr	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV
Aprovados	42	34	61	68	55	16
Rejeitados	47	2	3	28	49	6
Total	111	42	74	203	156	26

9.1. I Sessão Legislativa

9.1. a) Projectos de Resolução apresentados

1	Pjr	251	Recomenda ao Governo que encontre as soluções que viabilizem o processo de reconversão urbanística, de acordo com a Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, na área abrangida pela servidão militar do Depósito de Munições da NATO de Lisboa, na Quinta da Escola, na Quinta das Flores, na Quinta da Lobateira e Pinhal das Freiras e no Pinhal da Palmeira em Fernão Ferro, no Concelho do Seixal.	22-07-2010
2	Pjr	250	Pela promoção e desenvolvimento da mobilidade metropolitana Concretização da Terceira Travessia do Tejo e rede de acessibilidades rodo-ferroviárias.	22-07-2010
3	Pjr	249	Recomenda a revisão do regime de medidas preventivas em vigor para a localização do Novo Aeroporto de Lisboa no actual Campo de Tiro de Alcochete.	22-07-2010
4	Pjr	248	Apoio à candidatura de Arrábida a Património da Humanidade.	22-07-2010
5	Pjr	228	Cessação de vigência do decreto-lei n.º 48/2010, de 11 de Maio, que "Estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da actividade de inspecção técnica de veículos a motor e seus reboques e funcionamento dos centros de inspecção e revoga o Decreto-Lei n.º 550/99, de 15 de Dezembro".	14-07-2010
6	Pjr	218	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 67-A/2010, de 14 de Junho.	09-07-2010
7	Pjr	217	Apoio à Candidatura do Fado à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade.	09-07-2010
8	Pjr	216	Recomenda ao Governo a tomada de medidas destinadas ao reforço da prevenção e do combate à corrupção.	08-07-2010
9	Pjr	215	Divulgação de informação estatística por parte dos organismos do Estado	08-07-2010
10	Pjr	205	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 33/2010, de 14 de Abril.	02-07-2010
11	Pjr	203	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 77/2010, de 24 de Junho.	02-07-2010
12	Pjr	202	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 72/2010, de 18 de Junho.	02-07-2010
13	Pjr	200	Terceira alteração à Resolução da Assembleia da República, n.º 57/2004, de 6 de Agosto, alterada pela Resolução da Assembleia da República n.º 12/2007, de 20 de Março e pela Resolução da Assembleia da República n.º 101/2009, de 26 de Novembro.	01-07-2010
14	Pjr	195	Recomenda ao Governo a reclassificação e integração na carreira de investigador dos funcionários dos laboratórios do Estado que possuam o Grau de Doutor.	30-06-2010
15	Pjr	191	Concursos para docentes e/ou formadores a exercer funções em áreas especializadas, designadamente, cursos ou disciplinas de natureza tecnológica, profissional e artística dos ensinos básico ou secundário.	30-06-2010
16	Pjr	190	Recomenda a criação de uma Carta Educativa Nacional e a suspensão da aplicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, que "Define os critérios de reordenamento da rede escolar".	30-06-2010
17	Pjr	189	Propõe medidas de preservação do carácter público e de desenvolvimento empresarial para a empresa Tobis.	25-06-2010
18	Pjr	187	Via do Ave VIM - VIZELA/JOANE. Integração no Plano Rodoviário Nacional (PRN), Requalificação e Ampliação.	24-06-2010
19	Pjr	178	Reforço dos meios e da capacidade de actuação do Instituto da Droga e Toxicodependência.	23-06-2010
20	Pjr	177	Reforço dos meios humanos nas Comissões para a dissuasão toxicodependência.	23-06-2010
21	Pjr	172	Recomenda ao Governo a construção de um oleoduto entre Sines e Beja.	18-06-2010
22	Pjr	169	Recomenda ao Governo a tomada de medidas de combate as discriminações entre mulheres e homens nas competições desportivas.	16-06-2010
23	Pjr	168	Recomenda ao Governo que seja aplicado à educação pré-escolar o calendário escolar estabelecido para os 1.º e 2.º ciclos do Ensino Básico.	16-06-2010

24	Pjr	161	Recomenda ao Governo a elaboração de um plano estratégico para a zona de influência do empreendimento de fins múltiplos de Alqueva e um conjunto de outras medidas tendentes ao correcto aproveitamento do mesmo.	09-06-2010
25	Pjr	159	Recomenda a não afectação de verbas públicas para a construção e funcionamento do Biotério Comercial da Azambuja bem como o reforço da capacidade inspectiva do Estado sobre o tratamento de animais não humanos.	02-06-2010
26	Pjr	151	Recomenda ao Governo que reafirme o seu compromisso no sentido do cumprimento do 4.º e 5.º objectivos de desenvolvimento do milénio, relativos à redução da mortalidade infantil e à melhoria da saúde materna.	26-05-2010
27	Pjr	144	Pela dinamização do investimento público e modernização do transporte ferroviário.	19-05-2010
28	Pjr	143	Recomenda ao Governo que altere o regime de comparticipação no custo do procedimento de recrutamento para a categoria de ingresso na carreira de investigação criminal.	19-05-2010
29	Pjr	137	Recomenda ao Governo que altere o regime de comparticipação no custo do procedimento de recrutamento para a categoria de ingresso na carreira de investigação criminal.	14-05-2010
30	Pjr	133	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 29/2010, de 1 de Abril, que "Prorroga até 31 de Dezembro de 2010 a aplicação das medidas excepcionais de contratação pública, permitindo a adopção do procedimento de ajuste directo para a celebração de contratos de empreitada de obras públicas, de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços, no âmbito da prossecução do objecto da Parque Escolar, E.P.E., alterando o Decreto-Lei n.º 34/2009, de 6 de Fevereiro.	12-05-2010
31	Pjr	131	Recomenda ao Governo que intervenha junto da Rede Eléctrica Nacional no sentido de implementar o traçado apresentado no estudo do impacto ambiental de Fevereiro de 2009, com as rectificações propostas e consensualmente aceites ou considere outras soluções alternativas existentes e que não colidam com os interesses dos residentes nem comprometem projectos de interesse para o desenvolvimento local.	12-05-2010
32	Pjr	128	Propõe a imediata suspensão da construção do novo Museu dos Coches e a abertura de um processo de discussão pública.	07-05-2010
33	Pjr	127	Recomenda a suspensão do licenciamento das novas áreas comerciais de grupos da grande distribuição (suspensão das autorizações de novas instalações de estabelecimentos de comércio e retalho e conjuntos comerciais ao abrigo do Decreto-Lei n.º 21/2009, de 19 de Janeiro).	05-05-2010
34	Pjr	126	Recomenda ao Governo a suspensão do processo de aprovação do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e a adopção de medidas de efectiva consulta pública e participação das populações para a redefinição do Plano de Ordenamento do PNSACV e do seu regulamento.	05-05-2010
35	Pjr	123	Recomenda ao Governo a verificação oficiosa do falso trabalho independente e a suspensão do pagamento das dívidas daí contraídas.	22-04-2010
36	Pjr	112	Recomenda ao Governo que considere a construção de um novo Hospital da Madeira como "projecto de interesse comum".	14-04-2010
37	Pjr	102	Abertura da Base Aérea de Monte Real (BA5) à aviação civil.	07-04-2010
38	Pjr	93	Recomenda ao Governo medidas de intervenção no sistema de ensino público no sentido do combate à violência em contexto escolar e do reforço do da escola inclusiva e democrática.	24-03-2010
39	Pjr	92	Rejeita o Programa de Estabilidade e Crescimento para o Período 2010-2013 e recomenda ao Governo que adopte uma política orientada para a defesa do interesse nacional, o crescimento económico e a convergência real, o combate ao desemprego e à pobreza, a qualidade dos serviços públicos, a justiça e equidade fiscais, o combate ao endividamento externo e o controlo das conta públicas.	24-03-2010
40	Pjr	86	Recomenda a aprovação de um Regulamento de Rendas e de um Regulamento de Alienação de Fogos aplicável aos moradores dos Bairros dos Lóios e das Amendoeiras (freguesia de Marvila, Lisboa).	18-03-2010
41	Pjr	82	Recomenda ao Governo que reequacione o traçado do IC2 junto da cidade de Coimbra de modo a preservar a Mata do Choupal.	17-03-2010
42	Pjr	77	Pelo direito à informação e acesso aos direitos sexuais e reprodutivos pelas mulheres ao longo do seu ciclo de vida.	09-03-2010
43	Pjr	76	Centenário da proclamação do Dia Internacional da Mulher.	09-03-2010
44	Pjr	74	Extingue a empresa "Parque Escolar, E.P.E." e cria uma estrutura orgânica pública, sob tutela do Ministério da Educação.	23-02-2010
45	Pjr	68	Cria um plano de emergência social para o Distrito de Aveiro.	04-02-2010
46	Pjr	62	Consagra o Dia 27 de Janeiro como Dia de Memória do Holocausto.	26-01-2010
47	Pjr	58	Consagra o Dia 31 de Janeiro como o Dia Nacional do Sargento.	20-01-2010
48	Pjr	57	Realização de auditoria sobre as interrupções no abastecimento de energia eléctrica decorrentes do temporal ocorrido na Região Oeste no dia 23 de Dezembro de 2009, e ressarcimento dos prejuízos verificados.	20-01-2010
49	Pjr	52	Agilização da elaboração de Planos Municipais de Ordenamento do Território conforme com Planos Municipais de Pormenor eficazes.	08-01-2010
50	Pjr	48	Cria um plano de emergência para o distrito de Castelo Branco.	06-01-2010

51	Pjr	45	Ratificação da Convenção Internacional da ONU sobre a protecção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e membros das suas famílias (adoptada pela Resolução nº 45/158, da Assembleia-geral, de 18 de Dezembro de 1990).	18-12-2009
52	Pjr	43	Actualização extraordinária das pensões para 2010	18-12-2009
53	Pjr	18	Sobre o 10.º Aniversário do Dia pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres.	25-11-2009
54	Pjr	7	Segunda alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 57/2004, de 6 de Agosto, alterada pela Resolução da Assembleia da República n.º 12/2007, de 20 de Março.	10-11-2009
55	Pjr	6	Plano Nacional de Redução da Vulnerabilidade Sísmica.	05-11-2009
56	Pjr	5	Aumento do salário mínimo nacional.	02-11-2009
57	Pjr	1	Constituição de uma Comissão Eventual de Verificação de Poderes.	15-10-2009

9.1. b) Projectos de Resolução aprovados

- 1) [Projecto de Resolução nº 1/XI/1ª](#) - *Constituição de uma Comissão Eventual de Verificação de Poderes.*
- 2) [Projecto de Resolução nº 6/XI-1ª](#) - *Plano Nacional de Redução da Vulnerabilidade Sísmica*
- 3) [Projecto de Resolução nº 7/XI-1ª](#) - *Segunda alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 57/2004, de 6 de Agosto, alterada pela Resolução da Assembleia da República n.º 12/2007, de 20 de Março.*
- 4) [Projecto de Resolução nº 18/XI/1ª](#) - *Sobre o 10.º Aniversário do Dia pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres*
- 5) [Projecto de Resolução nº 57/XI/1ª](#) - *Realização de auditoria sobre as interrupções no abastecimento de energia eléctrica decorrentes do temporal ocorrido na Região Oeste no dia 23 de Dezembro de 2009, e ressarcimento dos prejuízos verificados*
- 6) [Projecto de Resolução n.º 62 /XI/1ª](#) - *Consagra o Dia 27 de Janeiro como Dia de Memória do Holocausto*
- 7) [Projecto de Resolução n.º 77 /XI/1ª](#) - *Pelo direito à informação e acesso aos direitos sexuais e reprodutivos pelas mulheres ao longo do seu ciclo de vida*
- 8) [Projecto de Resolução n.º 112 /XI-1ª](#) - *Recomenda ao Governo que considere a construção de um novo Hospital da Madeira como "projecto de interesse comum".*
- 9) [Projecto de Resolução n.º 128 /XI-1ª](#) - *Propõe a imediata suspensão da construção do novo Museu dos Coches e a abertura de um processo de discussão pública*
- 10) [Projecto de Resolução 131/XI/1ª](#) - *Recomenda ao Governo que intervenha junto da Rede Eléctrica Nacional no sentido de implementar o traçado apresentado no estudo do impacto ambiental de Fevereiro de 2009, com as rectificações propostas e consensualmente aceites ou considere outras soluções alternativas existentes e que não colidam com os interesses dos residentes nem comprometem projectos de interesse para o desenvolvimento local.*
- 11) [Projecto de Resolução 133/XI/1ª](#) - *Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 29/2010, de 1 de Abril, que "Prorroga até 31 de Dezembro de 2010 a aplicação das medidas excepcionais de contratação pública, permitindo a adopção do procedimento de ajuste directo para a celebração de contratos de empreitada de obras públicas, de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços, no âmbito da prossecução do objecto da Parque Escolar, E.P.E., alterando o Decreto-Lei n.º 34/2009, de 6 de Fevereiro*
- 12) [Projecto de Resolução 143/XI/1ª](#) - *Recomenda ao Governo que altere o regime de participação no custo do procedimento de recrutamento para a categoria de ingresso na carreira de investigação criminal.*
- 13) [Projecto de Resolução 151/XI/1ª](#) - *Recomenda ao Governo que reafirme o seu compromisso no sentido do cumprimento do 4.º e 5.º objectivos de desenvolvimento do milénio, relativos à redução da mortalidade infantil e à melhoria da saúde materna.*
- 14) [Projecto de Resolução 159/XI/1ª](#) - *Recomenda a não afectação de verbas públicas para a construção e funcionamento do Biotério Comercial da Azambuja bem como o reforço da capacidade inspectiva do Estado sobre o tratamento de animais não humanos.*

- 15) [Projecto de Resolução 169/XI/1ª](#) - Recomenda ao Governo a tomada de medidas de combate as discriminações entre mulheres e homens nas competições desportivas
- 16) [Projecto de Resolução 190/XI/1ª \(PCP\)](#) - Recomenda a criação de uma Carta Educativa Nacional e a suspensão da aplicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, que "Define os critérios de reordenamento da rede escolar".
- 17) [Projecto de Resolução nº 200/XI-1.ª](#)-Terceira alteração à Resolução da Assembleia da República, n.º 57/2004, de 6 de Agosto, alterada pela Resolução da Assembleia da República n.º 12/2007, de 20 de Março e pela Resolução da Assembleia da República n.º 101/2009, de 26 de Novembro.
- 18) [Projecto de Resolução nº 215/XI-1.ª](#)-Divulgação de informação estatística por parte dos organismos do Estado
- 19) [Projecto de Resolução nº 216/XI-1.ª](#)- Recomenda ao Governo a tomada de medidas destinadas ao reforço da prevenção e do combate à corrupção.
- 20) [Projecto de Resolução nº 217/XI-1.ª](#)- Apoio à Candidatura do Fado à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade.
- 21) [Projecto de Resolução nº 228/XI-1.ª](#)- Cessação de vigência do decreto-lei n.º 48/2010, de 11 de Maio, que "Estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da actividade de inspecção técnica de veículos a motor e seus reboques e funcionamento dos centros de inspecção e revoga o Decreto-Lei n.º 550/99, de 15 de Dezembro".

9.2. II Sessão Legislativa

9.2. a) Projectos de Resolução apresentados

1	Pjr	578	Recomenda ao Governo a preservação e valorização do Património do Jardim Botânico da Universidade de Lisboa.	06-04-2011
2	Pjr	577	Sobre o lançamento do concurso público da 2.ª fase da rede do metro ligeiro da Área Metropolitana do Porto e a integração, nesta fase, da linha da Trofa	01-04-2011
3	Pjr	561	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de Março, que "Estabelece o regime da autorização da despesa inerente aos contratos públicos a celebrar pelo Estado, institutos públicos, autarquias locais, fundações públicas, associações públicas e empresas públicas".	30-03-2011
4	Pjr	507	Recomenda ao Governo a publicação com maior celeridade e detalhe da informação sobre medicamentos	25-03-2011
5	Pjr	502	Recomenda ao Governo a elaboração de um Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	25-03-2011
6	Pjr	501	Visa o reforço dos meios e competências da Autoridade para as Condições do Trabalho e a garantia da eficácia da sua intervenção	25-03-2011
7	Pjr	500	Propõe medidas que garantam a construção do novo hospital de Évora	25-03-2011
8	Pjr	489	Recomenda ao Governo o reforço dos meios e instalações da Polícia de Segurança Pública na Região Autónoma da Madeira.	23-03-2011
9	Pjr	484	Recomenda ao Governo a implementação imediata da educação sexual nas escolas.	23-03-2011
10	Pjr	483	Propõe medidas de melhoria do funcionamento do sistema judicial na Região Autónoma da Madeira.	23-03-2011
11	Pjr	482	Propõe a correcção do sub-financiamento do Hospital do Espírito Santo em Évora e a revisão das regras previstas no respectivo contrato-programa.	23-03-2011
12	Pjr	481	Reforço dos meios humanos no Serviço Nacional de Saúde.	23-03-2011
13	Pjr	472	Rejeita o Programa de Estabilidade e Crescimento até 2014 apresentado pelo Governo e propõe uma política alternativa de desenvolvimento económico e social	22-03-2011
14	Pjr	468	Recomenda ao Governo a urgente construção do IC35.	18-03-2011
15	Pjr	467	Propõe a saída de Portugal do processo de cooperação reforçada no âmbito da criação da protecção de patente unitária e a defesa de um regime de patentes que valorize a língua portuguesa e defenda a economia nacional.	18-03-2011
16	Pjr	454	Propõe medidas de recuperação e valorização do Paço dos Henriques, em Alcáçovas	15-03-2011
17	Pjr	449	Preços da Energia compatíveis com o poder de compra dos portugueses e a produtividade da economia nacional.	11-03-2011
18	Pjr	448	Sobre o Protocolo do Esgotamento.	11-03-2011

19	Pjr	442	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 18/2011, de 2 de Fevereiro.	03-03-2011
20	Pjr	436	Reforço da Acção Social Escolar no Ensino Superior.	25-02-2011
21	Pjr	435	Recomenda ao Governo que adopte as medidas necessárias para dar execução ao projecto global de estabilidade das encostas de Santarém.	25-02-2011
22	Pjr	430	Exige a suspensão do processo de encerramento de serviços de urgência e SAP.	25-02-2011
23	Pjr	419	Reabertura do Serviço de Atendimento Permanente durante 24h em Grândola e do Posto Médico em Canal Caveira.	18-02-2011
24	Pjr	413	Recomenda ao Governo a preservação e valorização do património Museológico do Hospital Miguel Bombarda.	18-02-2011
25	Pjr	408	Criação da unidade local de saúde do Alto Tâmega e medidas urgentes para o Hospital de Chaves.	16-02-2011
26	Pjr	397	Determina a realização de uma acção de fiscalização parlamentar à legalidade do Sistema de Informações e Operações Policiais (SIOP) da Polícia de Segurança Pública.	11-02-2011
27	Pjr	393	Recomenda ao Governo a não introdução de portagens na A 23.	09-02-2011
28	Pjr	391	Manutenção do Regime de Par Pedagógico no modelo de docência de EVT.	08-02-2011
29	Pjr	390	Sobre os contratos de associação entre o Estado e Instituições de Ensino Particular e Cooperativo.	08-02-2011
30	Pjr	386	Recomenda ao Governo a revogação dos cortes no transporte de doentes e o cumprimento do contrato assinado com a Liga dos Bombeiros Portugueses.	03-02-2011
31	Pjr	384	Recomenda ao Governo a manutenção da 3.ª Repartição de Finanças de Vila Nova de Gaia.	02-02-2011
32	Pjr	380	Defende o cumprimento dos compromissos relativos a reentrada em laboração da Mina de Aljustrel.	28-01-2011
33	Pjr	378	Recomenda ao Governo que assegure a construção de um Hospital Pediátrico em Lisboa.	27-01-2011
34	Pjr	376	Pelo Povo da Palestina.	26-01-2011
35	Pjr	371	Recomenda ao Governo que assegure o financiamento da B-On através do Orçamento do Estado	20-01-2011
36	Pjr	358	Desenvolvimento do transporte ferroviário no distrito de Coimbra	12-01-2011
37	Pjr	351	Defende a manutenção do serviço intercidades Lisboa-Évora e Lisboa-Beja e reclama a sua qualificação em termos de oferta e adequação de horários.	07-01-2011
38	Pjr	345	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 111/2010, de 15 de Outubro,	22-12-2010
39	Pjr	343	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 116/2010, de 22 de Outubro,	21-12-2010
40	Pjr	325	Recomenda ao Governo a adopção de medidas especiais de apoio aos cidadãos e empresas lesados pelo tornado que afectou os concelhos da região centro do país.	09-12-2010
41	Pjr	316	Recomenda a suspensão do actual processo de avaliação de desempenho docente.	29-11-2010
42	Pjr	310	Recomenda ao Governo que proceda à revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida e que promova um amplo debate público sobre esta matéria.	18-11-2010
43	Pjr	305	Termas de Vizela - é urgente reabrir.	03-11-2010
44	Pjr	301	Recomenda ao Governo a reclassificação e integração na carreira de investigador dos funcionários dos Laboratórios do Estado que possuam o grau de Doutor.	28-10-2010
45	Pjr	294	Propõe a rejeição do novo conceito estratégico da NATO.	18-10-2010
46	Pjr	293	Recomenda ao Governo o reforço de medidas de combate ao tráfico de seres humanos e à exploração na prostituição.	18-10-2010
47	Pjr	292	Acompanhar a execução da decisão do Conselho da União Europeia da redução, dos direitos aduaneiros sobre importações essenciais provenientes do Paquistão.	15-10-2010
48	Pjr	289	Recomenda ao Governo a adopção de medidas urgentes com vista à reabertura da Ponte sobre o Tejo em Constância e a adopção de medidas de cooperação técnico-financeira destinados a compensar esse município dos prejuízos decorrentes do encerramento dessa infra-estrutura rodoviária.	14-10-2010
49	Pjr	286	Reduzir a sinistralidade do tractor e reduzir os acidentes mortais no meio rural.	13-10-2010
50	Pjr	285	Suspensão da exploração de caulinos na concessão mineira C-105, na Gandra, em Vila Seca/Milhazes, até à realização de avaliação global e integrada dos seus impactos - ambientais, hídricos, agrícolas, arqueológicas e sociais.	13-10-2010
51	Pjr	272	Aumento do salário mínimo nacional.	30-09-2010
52	Pjr	267	As Áreas Protegidas e os Incêndios Florestais de 2010.	29-09-2010
53	Pjr	263	Sobre a "fiscalização prévia" à elaboração do Orçamento do Estado, recomenda ao Governo que rejeite as propostas para a instauração do designado processo "semestre europeu", constitutivas de procedimentos que colidem frontalmente com princípios constitucionais que conferem atribuições e competências inalienáveis à Assembleia da República.	23-09-2010
54	Pjr	259	Cessação da vigência do Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, que "Estabelece as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção das prestações do subsistema de protecção familiar e do subsistema de solidariedade, bem como para a atribuição de outros apoios sociais públicos, e procede às alterações na atribuição do rendimento social de inserção, tomando medidas para aumentar a possibilidade de inserção dos seus beneficiários, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 164/99, de 13 de Maio, à segunda alteração à Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril".	17-09-2010

9.2. b) Projectos de Resolução aprovados

1. [Projecto de Resolução 413/XI/2ª](#) - Recomenda ao Governo a preservação e valorização do património Museológico do Hospital Miguel Bombarda. +
2. [Projecto de Resolução 489/XI/2ª](#) - Recomenda ao Governo o reforço dos meios e instalações da Polícia de Segurança Pública na Região Autónoma da Madeira.
3. [Projecto de Resolução 483/XI/2ª](#) - Propõe medidas de melhoria do funcionamento do sistema judicial na Região Autónoma da Madeira.
4. [Projecto de Resolução 472/XI/2ª](#) - Rejeita o Programa de Estabilidade e Crescimento até 2014 apresentado pelo Governo e propõe uma política alternativa de desenvolvimento económico e social
Alínea a)
5. [Projecto de Resolução 448/XI/2ª](#) - Sobre o Protocolo do Esgotamento.
6. [Projecto de Resolução 442/XI/2ª](#) - Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 18/2011, de 2 de Fevereiro.
7. [Projecto de Resolução 419/XI/2ª](#) - Reabertura do Serviço de Atendimento Permanente durante 24h em Grândola e do Posto Médico em Canal Caveira.
8. [Projecto de Resolução 408/XI/2ª](#) - Criação da unidade local de saúde do Alto Tâmega e medidas urgentes para o Hospital de Chaves.
9. [Projecto de Resolução 386/XI/2ª](#) - Recomenda ao Governo a revogação dos cortes no transporte de doentes e o cumprimento do contrato assinado com a Liga dos Bombeiros Portugueses.
10. [Projecto de Resolução 384/XI/2ª](#) - Recomenda ao Governo a manutenção da 3.ª Repartição de Finanças de Vila Nova de Gaia.
11. [Projecto de Resolução 380/XI/2ª](#) - Defende o cumprimento dos compromissos relativos a reentrada em laboração da Mina de Aljustrel.
12. [Projecto de Resolução 378/XI/2ª](#) - Recomenda ao Governo que assegure a construção de um Hospital Pediátrico em Lisboa.
13. [Projecto de Resolução 325/XI/2ª](#) - Recomenda ao Governo a adopção de medidas especiais de apoio aos cidadãos e empresas lesados pelo tornado que afectou os concelhos da região centro do país
14. [Projecto de Resolução 305/XI/2ª](#) - Termas de Vizela - é urgente reabrir.
15. [Projecto de Resolução 292/XI/2ª](#) - Acompanhar a execução da decisão do Conselho da União Europeia da redução, dos direitos aduaneiros sobre importações essenciais provenientes do Paquistão.
16. [Projecto de Resolução 289/XI/2ª](#) - Recomenda ao Governo a adopção de medidas urgentes com vista à reabertura da Ponte sobre o Tejo em Constância e a adopção de medidas de cooperação técnico-financeira destinados a compensar esse município dos prejuízos decorrentes do encerramento dessa infra-estrutura rodoviária
17. [Projecto de Resolução 286/XI/2ª](#) - Reduzir a sinistralidade do tractor e reduzir os acidentes mortais no meio rural
18. [Projecto de Resolução 285/XI/2ª](#) - Suspensão da exploração de caulinos na concessão mineira C-105, na Gandra, em Vila Seca/Milhazes, até à realização de avaliação global e integrada dos seus impactos - ambientais, hídricos, agrícolas, arqueológicas e sociais
19. [Projecto de Resolução 272/XI/2ª](#) - Aumento do salário mínimo nacional.
20. [Projecto de Resolução 267/XI/2ª](#) - As Áreas Protegidas e os Incêndios Florestais de 2010.
21. [Projecto de Resolução 263/XI/2ª](#) - Sobre a "fiscalização prévia" à elaboração do Orçamento do Estado, recomenda ao Governo que rejeite as propostas para a instauração do designado processo "semestre europeu",

constitutivas de procedimentos que colidem frontalmente com princípios constitucionais que conferem atribuições e competências inalienáveis à Assembleia da República.

10. Apreciações Parlamentares

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/IniciativasLegislativas.aspx>

Ap	PCP	PS	PSD	CDS	BE	PEV
Total	41	0	11	22	26	0

10.1. Apreciações Parlamentares apresentadas na I Sessão Legislativa

1	Ap	60	Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de Junho, que "Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2010, aprovado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.	16-07-2010
2	Ap	56	Decreto-Lei n.º 75 /2010, de 23 de Junho de 2010 que "Procede à alteração ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril".	09-07-2010
3	Ap	55	Decreto-Lei n.º 66/2010, de 11 de Junho que "Estabelece o procedimento aplicável à extinção das tarifas reguladas de gás natural a clientes finais, com consumos anuais superiores a 10 000 m3, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de Fevereiro, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 140/2006, de 26 de Julho".	09-07-2010
4	Ap	53	Decreto-Lei n.º 77/2010, de 24 de Junho, que "Regula a eliminação de vários regimes temporários, no âmbito da concretização de medidas adicionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013".	01-07-2010
5	Ap	47	Decreto-Lei n.º 72/2010, de 18 de Junho, que "Estabelece medidas para reforçar a empregabilidade dos beneficiários de prestações de desemprego e o combate à fraude, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 220/2006, de 3 de Novembro e à quarta alteração ao Decreto-Lei nº 124/84, de 18 de Abril".	18-06-2010
6	Ap	44	Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho, que "Estabelece as regras para a determinação da condição de recursos a ter em conta na atribuição e manutenção das prestações do subsistema de protecção familiar e do subsistema de solidariedade, bem como para a atribuição de outros apoios sociais públicos, e procede às alterações na atribuição do rendimento social de inserção, tomando medidas para aumentar a possibilidade de inserção dos seus beneficiários, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 164/99, de 13 de Maio, à segunda alteração à Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 283/2003, de 8 de Novembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril".	16-06-2010
7	Ap	43	Decreto-Lei n.º 67-A/2010, de 14 de Junho "Identifica os lanços e os sublanços de auto-estrada sujeitos ao regime de cobrança de taxas de portagem aos utilizadores e fixa a data a partir da qual se inicia a cobrança das mesmas".	15-06-2010
8	Ap	40	Decreto-Lei n.º 58/2010, de 7 de Junho, que "Estabelece as normas que regulam a composição e as atribuições do Conselho da Saúde Militar e as normas relativas ao seu funcionamento, orçamento e pessoal".	09-06-2010
9	Ap	39	Decreto-Lei n.º 48-A/2010, de 13 de Maio, que "Aprova o regime geral das participações do Estado no preço dos medicamentos, altera as regras a que obedece a avaliação prévia de medicamentos para aquisição pelos hospitais do Serviço Nacional de Saúde, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 195/2006, de 3 de Outubro, e modifica o regime de formação do preço dos medicamentos sujeitos a receita médica e dos medicamentos não sujeitos a receita médica participados, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 65/2007, de 14 de Março".	09-06-2010
10	Ap	38	Decreto-Lei n.º 46/2010, de 7 de Maio, "Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 311/99, de 10 de Agosto, destinada ao reforço da intervenção do Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca"	04-06-2010
11	Ap	35	Decreto-Lei n.º 48/2010, de 11 de Maio, que "Estabelece o regime jurídico de acesso e de exercício da actividade de inspecção técnica de veículos a motor e seus reboques e funcionamento dos centros de inspecção e revoga o Decreto-Lei n.º 550/99, de 15 de Dezembro".	12-05-2010

12	Ap	31	Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, que "Procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio"	29-04-2010
13	Ap	28	Decreto-Lei n.º 23/2010, de 25 de Março, que "Estabelece o regime jurídico e remuneratório aplicável à energia eléctrica e mecânica e de calor útil produzidos em cogeração, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/8/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Fevereiro".	22-04-2010
14	Ap	26	Decreto-Lei n.º 29/2010, de 1 de Abril, que "Prorroga até 31 de Dezembro de 2010 a aplicação das medidas excepcionais de contratação pública, permitindo a adopção do procedimento de ajuste directo para a celebração de contratos de empreitada de obras públicas, de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços, no âmbito da prossecução do objecto da Parque Escolar, E. P. E., alterando o Decreto-Lei n.º 34/2009, de 6 de Fevereiro".	07-04-2010
15	Ap	21	Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de Setembro, que Aprova o Código Florestal".	12-11-2009
16	Ap	20	Decreto-Lei n.º 165-B/2009, de 28 de Julho, que "Aprova o regime jurídico aplicável ao pessoal dos centros culturais do Instituto Camões, I. P."	12-11-2009
17	Ap	19	Decreto-Lei n.º 295/2009, de 13 de Outubro, que "No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 76/2009, de 13 de Agosto, altera o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro".	12-11-2009
18	Ap	17	Decreto-lei n.º 173/2009, de 3 de Agosto que "Aprova o estatuto das denominações de origem e indicação geográfica da Região Demarcada do Douro".	12-11-2009
19	Ap	16	Decreto-Lei n.º 294/2009, de 13 de Outubro, que "No uso da autorização Legislativa concedida pela Lei n.º 80/2009, de 14 de Agosto, estabelece o novo regime do arrendamento rural".	12-11-2009
20	Ap	15	Decreto-lei n.º 239/2009, de 16 de Setembro, que "Estabelece os direitos e os deveres dos agentes de polícia municipal, assim como as condições e o modo de exercício das respectivas funções, regulamentando a Lei n.º 19/2004, de 20 de Maio"	11-11-2009
21	Ap	14	Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, que "No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 86/2009, de 28 de Agosto, estabelece o regime da organização dos serviços das autarquias locais".	11-11-2009
22	Ap	12	Decreto-Lei n.º 165-C/2009, de 28 de Julho, que "Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de Agosto, que aprovou o regime do ensino português no estrangeiro".	09-11-2009
23	Ap	11	Decreto-Lei n.º 287/2009, de 8 de Dezembro, que "Determina a aplicação do regime de pré-aposentação e de aposentação do pessoal policial da Polícia de Segurança Pública ao pessoal do corpo da Guarda Prisional".	05-11-2009
24	Ap	10	Decreto-Lei n.º 299/2009, de 14 de Outubro, que "Aprova o Estatuto do Pessoal Policial da Polícia de Segurança Pública"	05-11-2009
25	Ap	9	Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de Outubro, que "Aprova o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana	05-11-2009
26	Ap	7	Decreto-Lei n.º 317/2009, de 30 de Outubro, que "No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 84/2009, de 26 de Agosto, aprova o regime jurídico relativo ao acesso à actividade das instituições de pagamento e à prestação de serviços de pagamento, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2007/64/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Novembro.	02-11-2009
27	Ap	6	Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de Agosto, que "Procede à alteração do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho.	02-11-2009
28	Ap	5	Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, que "Procede à alteração do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro.	02-11-2009
29	Ap	1	Decreto-Lei n.º 270/2008, de 30 de Setembro, que "Procede à nona alteração ao Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 20/2006, de 31 de Janeiro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 104/2008, de 24 de Junho".	15-10-2009

10.2. Apreciações Parlamentares apresentadas na II Sessão Legislativa

1	Ap	90	Decreto-Lei n.º 18/2011, de 2 de Fevereiro que "Permite a organização dos tempos lectivos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico em períodos de 45 ou 90 minutos e elimina a área de projecto do elenco das áreas curriculares não disciplinares, procedendo à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro".	04-02-2011
2	Ap	89	Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro, que "Integra no regime geral de segurança social os trabalhadores bancários e outros trabalhadores inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários para efeitos de protecção nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e velhice e extingue a Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários".	28-01-2011
3	Ap	88	Decreto-lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro, que "Aprova um conjunto de medidas adicionais de redução de despesa com vista à consolidação orçamental prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013".	27-01-2011
4	Ap	86	Decreto-lei n.º 138-B/2010, de 28 de Dezembro, que "Procede à revisão das bases da concessão da exploração do serviço de transporte ferroviário de passageiros do eixo norte-sul, aprovadas em anexo ao Decreto-Lei n.º 78/2005, de 13 de Abril"	26-01-2011
5	Ap	83	Decreto-Lei n.º 8/2011, de 11 de Janeiro, que "actualiza os valores devidos pelo pagamento de actos das autoridades de saúde e de serviços prestados por outros profissionais de saúde pública".	19-01-2011
6	Ap	77	Decreto-Lei n.º 143/2010, de 31 de Dezembro, que "Actualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2011".	04-01-2011
7	Ap	75	Decreto-Lei n.º 122/2010, de 11 de Novembro, que "Estabelece o número de posições remuneratórias das categorias da carreira especial de enfermagem, identifica os respectivos níveis da tabela remuneratória única e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2009, de 22 de Setembro, e ao Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de Setembro".	09-12-2010
8	Ap	73	Decreto-Lei n.º 111/2010 de 15 de Outubro, que "Modifica o regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, procedendo à terceira alteração ao Decreto-lei n.º 48/96, de 15 de Maio, e revogando a Portaria n.º153/96, de 15 de Maio".	03-11-2010
9	Ap	72	Decreto-Lei n.º 109/2010, de 14 de Outubro, que "Estabelece o regime de acesso e de exercício da actividade funerária, revogando o Decreto-Lei n.º 206/2001, de 27 de Julho".	03-11-2010
10	Ap	71	Decreto-Lei nº 106-A/2010, de 1 de Outubro que "Adopta medidas mais justas no acesso aos medicamentos, combate à fraude e ao abuso na comparticipação de medicamentos e de racionalização da política do medicamento no âmbito do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e altera os Decretos-lei nºs 176/2006, de 30 de Agosto, 242-B/2006, de 29 de Dezembro, 65/2007, de 14 de Março, e 48-A/2010, de 13 de Maio".	28-10-2010
11	Ap	70	Decreto-Lei n.º 116/2010, de 22 de Outubro, que "Elimina o aumento extraordinário de 25 % do abono de família nos 1.º e 2.º escalões e cessa a atribuição do abono aos 4.º e 5.º escalões de rendimento, procedendo à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto".	28-10-2010
12	Ap	67	Decreto-Lei n.º 92/2010 de 26 de Julho, que "Estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das actividades de serviços e transpõe a Directiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro".	15-10-2010

11. Votos

Voto	120	XI	2	2011-04-06	Voto de Saudação sobre o processo de libertação de um grupo de cidadãos cubanos
Voto	117	XI	2	2011-03-31	Voto de Congratulação pela atribuição do Prémio Pritzker ao Arquitecto Eduardo Souto de Moura
Voto	116	XI	2	2011-03-31	Voto de Pesar pela morte do Pintor Ângelo de Sousa
Voto	111	XI	2	2011-03-23	Voto de Condenação da Agressão Militar à Líbia
Voto	107	XI	2	2011-03-11	Voto de Solidariedade ao povo e autoridades do Japão pelo sismo ocorrido no dia 11 de Março
Voto	106	XI	2	2011-03-11	Voto de Saudação, "8 de Março, Dia Internacional da Mulher"
Voto	105	XI	2	2011-03-10	Voto de Congratulação pelo centenário da comemoração do Dia Internacional da Mulher
Voto	101	XI	2	2011-02-16	Voto de Pesar pelo falecimento do fotógrafo e distribuidor de cinema Gérard Castello-Lopes
Voto	98	XI	2	2011-01-27	Voto de Solidariedade com o Povo da Tunísia
Voto	94	XI	2	2011-01-13	Voto de Pesar pelo falecimento do Coronel Víctor Manuel R. Alves
Voto	93	XI	2	2011-01-13	Voto de Pesar para com o Povo Brasileiro
Voto	92	XI	2	2011-01-12	Voto de Pesar pelo falecimento de Arnaldo Mesquita
Voto	90	XI	2	2011-01-05	Voto de Pesar pelo falecimento de Malangatana Valente Ngwenya
Voto	74	XI	2	2010-11-26	Voto de Pesar pelo falecimento de Joaquim Gomes
Voto	73	XI	2	2010-11-25	Voto de Condenação contra todas as formas de violência contra as mulheres.
Voto	70	XI	2	2010-10-21	Voto de Pesar pelo falecimento de Mariana Rey Monteiro
Voto	66	XI	2	2010-10-08	Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Pernes
Voto	65	XI	2	2010-10-08	Voto de Pesar pelo falecimento da Professora Doutora Paula Escarameia
Voto	64	XI	2	2010-09-30	Pelo quadragésimo aniversário da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional
Voto	62	XI	2	2010-09-17	Voto de Protesto contra a imposição de "visto prévio" à elaboração do Orçamento do Estado e as advertências, declarações e ingerências externas sobre as legítimas opções económicas e financeiras do País.
Voto	61	XI	2	2010-09-16	Pelo Falecimento de António Dias Lourenço.
Voto	58	XI	1	2010-07-08	Pelo falecimento de Matilde Rosa Araújo
Voto	57	XI	1	2010-07-08	Contra os cortes orçamentais na área da Cultura
Voto	55	XI	1	2010-06-23	Voto de Saudação pelo 25.º aniversário da UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
Voto	54	XI	1	2010-06-23	Voto de Pesar pelo falecimento de José Saramago.
Voto	53	XI	1	2010-06-18	Voto de pesar pelo falecimento do Almirante Rosa Coutinho
Voto	52	XI	1	2010-06-17	Voto de Pesar pelo falecimento do Almirante Rosa Coutinho
Voto	51	XI	1	2010-06-17	Voto de Pesar pelo falecimento do Jornalista e Escritor João Aguiar
Voto	49	XI	1	2010-06-09	Voto de Pesar pelo falecimento do Almirante Rosa Coutinho
Voto	47	XI	1	2010-06-02	Voto de Condenação pelo ataque por forças israelitas

Voto	45	XI	1	2010-05-12	Pelo falecimento de Mário Júlio Montalvão Machado
Voto	44	XI	1	2010-05-05	Voto de Saudação pelo Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP 5 de Maio de 2010.
Voto	43	XI	1	2010-04-15	Pela nomeação de Siza Vieira como membro honorário da Academia Americana de Artes e Letras
Voto	41	XI	1	2010-04-14	Voto de Pesar pela morte do Ex-Provedor de Justiça Henrique do Nascimento Rodrigues
Voto	40	XI	1	2010-04-14	Voto de Pesar pelo falecimento de Francisco da Silva, Presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
Voto	32	XI	1	2010-03-12	Voto de Pesar pelo falecimento do Coronel da Força Aérea José Inácio Costa Martins
Voto	29	XI	1	2010-03-11	Voto de Pesar pelo falecimento do Coronel Costa Martins
Voto	28	XI	1	2010-03-11	Voto de Congratulação pela proclamação do Centenário do Dia Internacional da Mulher
Voto	25	XI	1	2010-03-11	Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Rogério Fernandes
Voto	23	XI	1	2010-03-11	Voto de Pesar pelas vítimas do "aluvião" ocorrido na Madeira no passado dia 20 de Fevereiro e de solidariedade com os madeirenses atingidos pela mesma catástrofe
Voto	20	XI	1	2010-02-04	Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Serra
Voto	18	XI	1	2010-01-14	Voto de Pesar pelas vítimas do sismo que atingiu o Haiti
Voto	13	XI	1	2009-11-26	Voto de Solidariedade com Activista Sarauí Aminetu Haidar
Voto	12	XI	1	2009-11-26	Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Barradas
Voto	5	XI	1	2009-11-11	Voto de pesar pelas vítimas do acidente no viaduto de Dos Valires, em Andorra

12. Declarações Políticas

11-11-2009	XI	1	Consequências do vazio legal resultante da revogação do regime sancionatório das infracções laborais
18-11-2009	XI	1	Falou sobre a precariedade laboral dos trabalhadores portugueses
26-11-2009	XI	1	Anunciou a realização de uma interpelação ao Governo no próximo dia 17 de Dezembro, sobre o tema «Transparência nas políticas públicas»
17-12-2009	XI	1	Transparência das políticas públicas.
07-01-2010	XI	1	Deu conta da situação que se vive no distrito de Setúbal na área da saúde e comentou a política prosseguida pelo Governo
27-01-2010	XI	1	Luta dos enfermeiros portugueses; Criação, pelo Governo, da empresa Parque Escolar, EPE, com o objectivo de requalificação e gestão do parque escolar público; proposta de que a Assembleia da República requeira ao Tribunal de Contas uma auditoria a essa empresa
17-03-2010	XI	1	Teceu considerações sobre a negociação do Estatuto da Carreira Docente
24-03-2010	XI	1	Luta que os mineiros da Somincor, em Neves Corvo, travam pelo cumprimento de condições instituídas por aquela empresa
07-04-2010	XI	1	Instauração de processos-crime relacionados com a aquisição de submarinos para a Armada portuguesa; contratos de contrapartidas na aquisição de equipamento militar
15-04-2010	XI	1	Política de regulação de preços dos combustíveis
29-04-2010	XI	1	Levantou questões sobre a actual situação económico-financeira do País
05-05-2010	XI	1	Comentou o anúncio, feito pelo Governo, de introdução de portagens em algumas SCUT
12-05-2010	XI	1	Propostas de alteração ao PEC, apresentadas pelo Governo, para combater a crise financeira
27-05-2010	XI	1	Entrevista do Professor do Instituto Superior de Economia e Gestão João Ferreira do Amaral em que refere as consequências da entrada no euro na actual situação económica do País, com elevada taxa de desemprego e estagnação económica; alteração de políticas para saída da crise
27-05-2010	XI	1	Entrevista do Professor do Instituto Superior de Economia e Gestão João Ferreira do Amaral em que refere as consequências da entrada no euro na actual situação económica do País, com elevada taxa de desemprego e estagnação económica; alteração de políticas para saída da crise
02-06-2010	XI	1	Ataque de forças israelitas a frota com ajuda humanitária que se dirigia para Gaza; pedido de presença do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Luis Amado, no Parlamento
23-06-2010	XI	1	Comentou as alterações às regras de atribuição de prestações sociais introduzidas pelo Dec.-Lei nº 70/2010, de 16 de Junho
07-07-2010	XI	1	Aproveitou a passagem do 35º aniversário da reforma agrária para relembrar a Câmara os seus momentos mais marcantes
09-09-2010	XI	1	Submissão prévia ao ECOFIN da proposta de orçamento do Estado, o que põe em causa a soberania nacional e o regime democrático, condicionando a liberdade dos parlamentos
15-09-2010	XI	2	A propósito da abertura do ano lectivo, comentou a política educativa seguida pelo Governo e deu conta da apresentação de um conjunto de propostas no sentido de garantir a todos os portugueses o acesso a educação, nomeadamente através de um projecto de lei que contemple a gratuidade de todo o ensino público, com distribuição gratuita dos manuais escolares já no presente ano lectivo.
14-10-2010	XI	2	Política do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior relativamente ao Sistema

Científico e Tecnológico Nacional; carências que se registam nas universidades e nos laboratórios do Estado

- 21-10-2010 XI 2 Comentou os preços e as tarifas de energia em Portugal
- 09-12-2010 XI 2 Potenciais novas alterações ao Código do Trabalho.
- 15-12-2010 XI 2 Comentou o aumento das tarifas de energia eléctrica para 2011
- 22-12-2010 XI 2 Salientou as consequências que o Orçamento do Estado para 2011 irá ter na vida dos portugueses, tendo considerado que irá aumentar as desigualdades e a pobreza
- 05-01-2011 XI 2 Sobre a actuação do Governo no acordo que, segundo a comunicação social, celebrou com os Estados Unidos da América para que este país tenha acesso aos dados pessoais biométricos e biográficos que constam das bases de dados de identificação civil e criminal bem como da base de dados nacional de perfis de ADN do Estado português
- 12-01-2011 XI 2 Falta de investimento do Governo na área da cultura
- 19-01-2011 XI 2 Sobre o Governo e a situação social do País
- 02-02-2011 XI 2 Sobre as declarações proferidas pelo Ministro dos Assuntos Parlamentares sobre a redução do número de Deputados.
- 09-02-2011 XI 2 Abordou a questão da precariedade laboral e do impacto que esta tem sobre os jovens portugueses
- 17-02-2011 XI 2 Problemas que originaram que muitos cidadãos não tenham podido exercer o seu direito de voto nas eleições presidenciais e considerou que o mapa oficial de resultados publicados em Diário da República contém erros grosseiros
- 23-02-2011 XI 2 A propósito das Jornadas Parlamentares do PCP realizadas na Madeira, deu conta da falta de apoios para reconstrução nesta região autónoma após as intempéries ocorridas em 2010
- 03-03-2011 XI 2 Deu conta de alguns problemas no distrito de Beja, nomeadamente envelhecimento da população, desemprego, dificuldades de circulação e encerramento de serviços e escolas
- 06-04-2011 XI 2 Situação Política do País